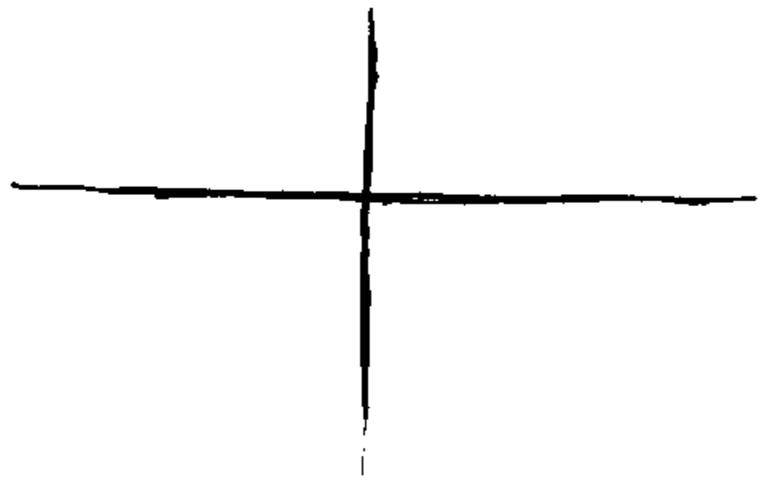
Janeiro/Fevereiro 1983

Editado pela Fundação Nacional próMemória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 22

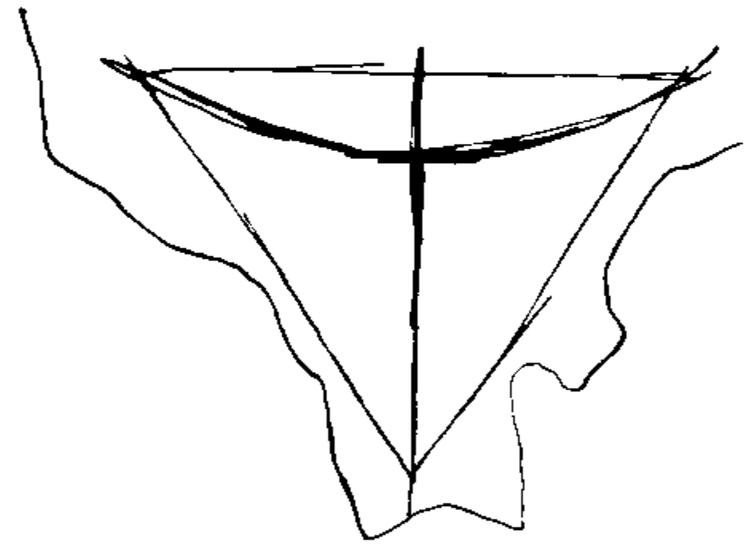
próMemória

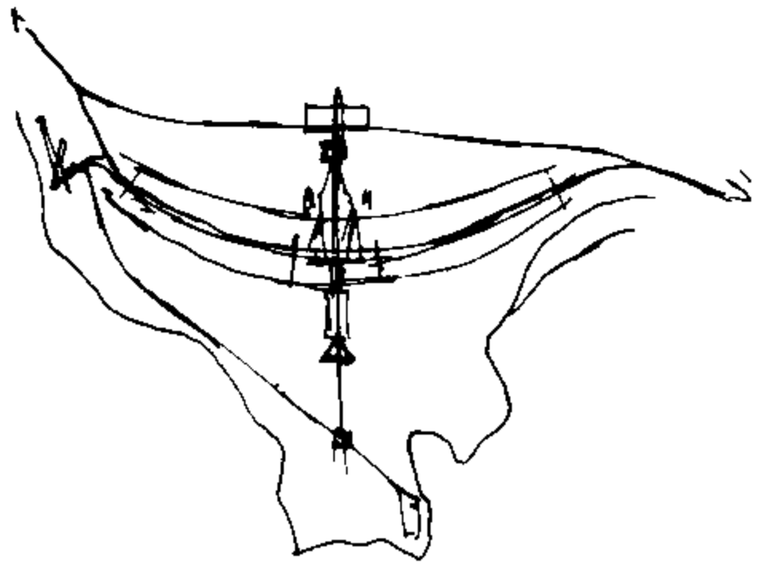


Brasília

"Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz".

Lúcio Costa





O "Grupo de Brasília", criado com a finalidade de estudar formas de proteção do patrimônio histórico e cultural da cidade, (SPHAN N.º 11, pág. 19), completou no mês de fevereiro dois anos de atividades. Concluiu a primeira fase do programa, que foi a de avaliar as áreas de interesse patrimonial de todo o Distrito Federal; está num processo avançado de coleta de documentos nacionais e locais existentes sobre a cidade; e parte agora para o item final e mais difícil: o de estudar medidas viáveis para coibir a desfiguração de Brasília.

O trabalho de conservação da feição arquitetônica de uma cidade histórica é uma empreitada difícil para os que são incumbidos de realizá-la e se torna árduo se a cidade for contemporânea e "sui generis" como Brasília, pois além de conviver com uma especulação imobiliária cada vez mais agressiva, típica de capital da República, terá que criar seus próprios meios de conservação, sem ter em quem se espelhar.

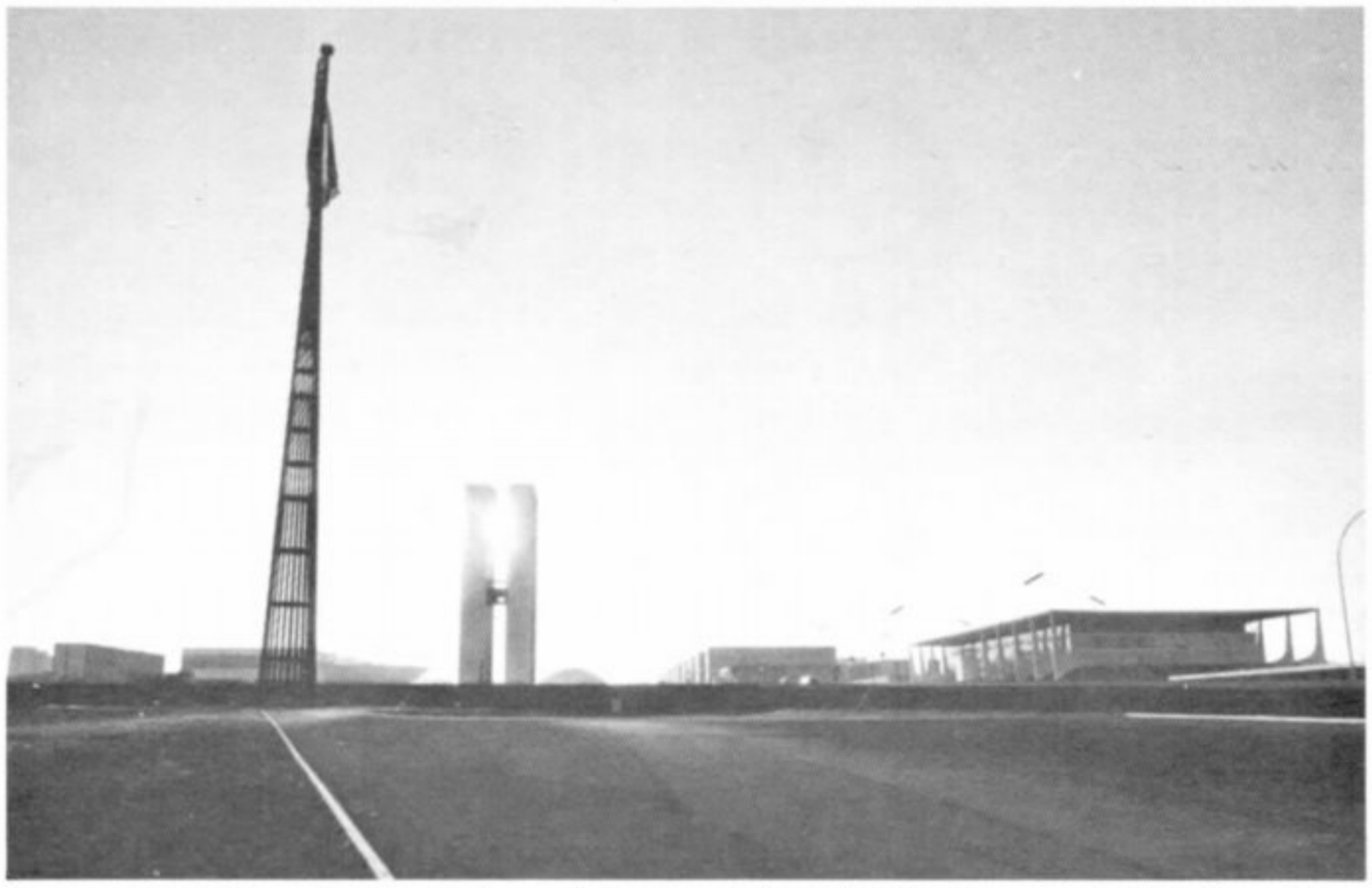
Não existe em nenhuma parte do mundo critérios para se preservar uma cidade nova. É possível que das cidades contemporâneas existentes, somente a preservação da feição de Brasília esteja merecendo, no momento, o cuidado das autoridades. Partiu de Aloísio Magalhães (ex-Secretário da Cultura, falecido em junho último) a idéia de criar um grupo intersetorial para se dedicar ao assunto. Mas foi no início dos anos setenta que se começou a preconizar medidas que se opusessem à sanha imobiliária de Brasília, época em que os efeitos nefastos das construções aleatórias começaram a ficar visíveis.

Brasília já está praticamente concluída. Existem muito poucos espaços para se construir, por isso, a tendência das imobiliárias é de pressionar o aumento do gabarito dos edifícios ou se estender pelas áreas verdes da cidade, através de construções desordenadas que, num futuro bem próximo, causarão um verdadeiro desequilíbrio arquitetônico e ecológico.

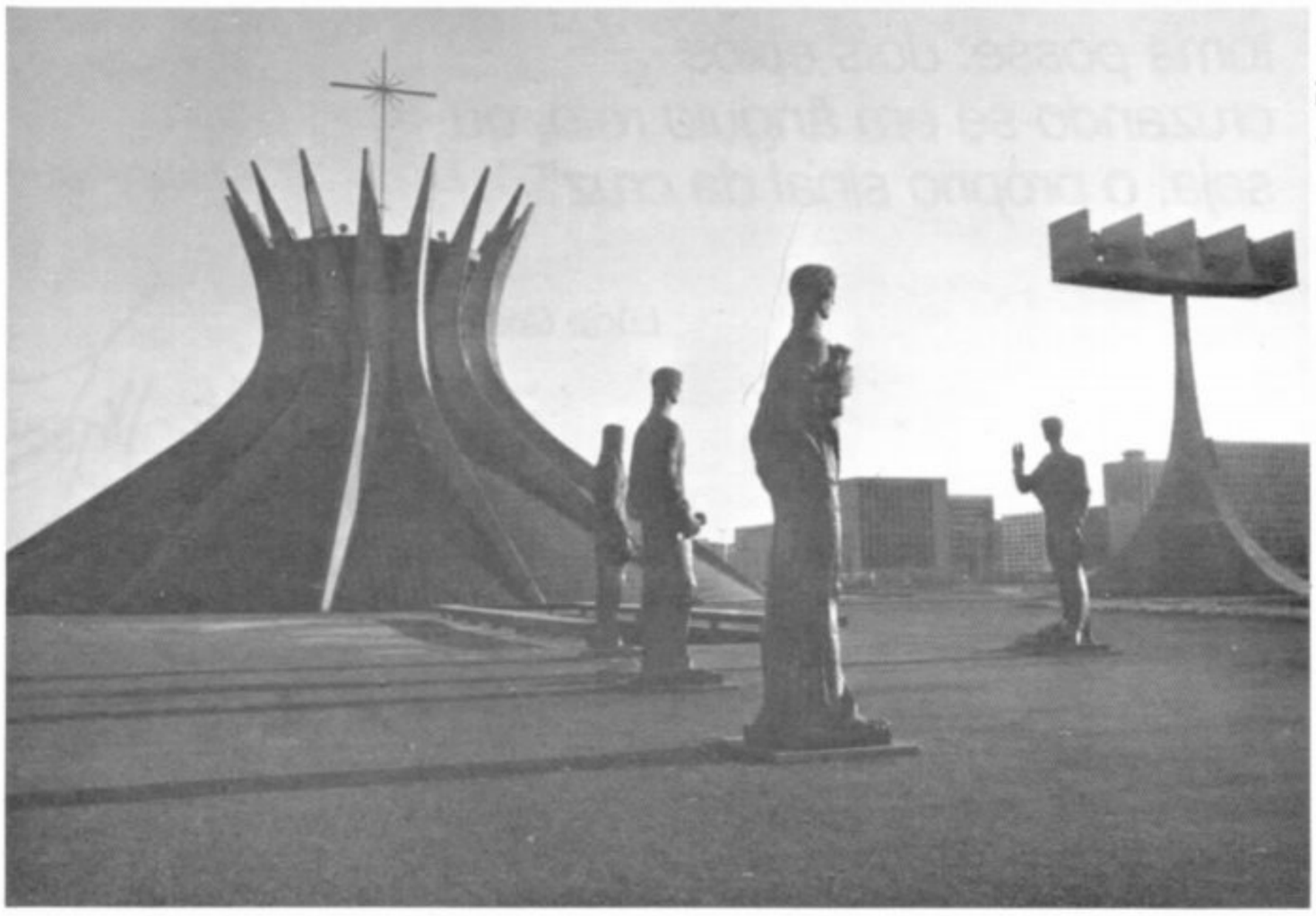
É claro que, como já dizia Aloísio Magalhães, "não se pretende parar com a vida ou impedir o progresso de Brasília, mas deve haver uma preocupação de projetar e examinar o destino,



Vista parcial do Plano Piloto, a partir do mirante da Torre de Televisão. Ao fundo, a Esplanada dos Ministérios e o edifício do Congresso Nacional.



Vista parcial da Praça dos Três Poderes. À direita, o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo. Vê-se ainda o Congresso e a Esplanada dos Ministérios.



Catedral de Brasília, um dos monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fotos: Fernando Bizerra

SPHAN 22
*pró*Memória



Durante a construção de Brasília, o Catetinho, monumento tombado pelo Patrimônio, serviu de sede do Governo e residência oficial do Presidente.

e a condição humana dos seus habitantes, sem cercear a dinâmica da vida''. A seu ver, a pergunta básica que norteia os trabalhos do Grupo é: Quais os indicadores que, fundamentalmente, devem ser preservados para que a cidade não perca o seu contorno, sua fisionomia e ao mesmo tempo tenha a sua vida e a sua dinâmica?

É, porque Goiânia e Belo Horizonte são exemplos claros de cidades novas, desfiguradas de sua planificação originária em pouco mais de trinta anos de fundação. As características paisagísticas e de estilo dessas duas capitais foram tragadas pelo desenvolvimento. A avenida Afonso Pena, no centro de Belo Horizonte, antes arborizada e espaçosa, é hoje uma verdadeira ''selva de pedras''. As montanhas da cidade que são a sua moldura, estão desaparecendo com o processo da mineração.

Goiânia, um pouco mais nova do que a capital mineira, sofreu um processo idêntico de distanciamento do projeto arquitetônico inicial. Sua área planejada tornou-se uma ilha cercada de loteamentos e as ruas abertas e as construções baixas da área planificada, gradualmente, estão sendo substituídas pelas de alto porte.

Segundo Aloísio Magalhães, além desses exemplos, existem sobejos motivos para se conservar a feição de Brasília. Entre outros, porque ela marca a originalidade da obra dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa; porque nela foi concretizado todo o pensamento urbanístico internacional dos anos cinqüenta, uma tradução do que foi preconizado na Carta de Atenas pelso arquitetos mais famosos do mundo, inclusive Le Corbusier; e porque foi concebida durante 150 anos, considerando-se que começou a ser pensada



Alguns dos acampamentos da época da construção de Brasília ainda mantêm a sua integridade.



Fotos: Fernando Bizerra

A madeira predomina nas construções residenciais dos acampamentos pioneiros.

em 1823, nas reflexões de José Bonifácio. ''Brasília é uma cidade velha'' disse Aloísio Magalhães num dos seus discursos, proferido no último mês de maio, no IAB — Instituto dos Arquitetos do Brasil.

O GRUPO

O ''Grupo de Brasília'', como é chamado, foi criado aos 24 de fevereiro de 1981 e é formado por representantes da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); do Governo do Distrito Federal e da Universidade de Brasília. Assim, compõe-se de órgãos de nível local, nacional e da Universidade de Brasília, que desde a sua criação vem elaborando uma série de trabalhos sobre o Distrito Federal. Estes conhecimentos acumulados têm sido de extrema utilidade para o trabalho do Grupo.

Em termo de organização de trabalho, as atividades foram divididas em três itens: o plano físico da cidade, compreendendo as construções e o patrimônio cultural; o plano legal, abrangendo a questão dos instrumentos legais necessários à preservação e as medidas que o GDF deverá tomar para melhor proteger o seu patrimônio; a questão documental, ou seja, a coleta de tudo que existe sobre Brasília.

Tendo o Plano Piloto como a grande preocupação inicial, os participantes do Grupo constataram, ao longo das discussões, que para chegar até o Plano Piloto o trabalho deveria começar pela periferia, pelo seu contorno, já que os acampamentos, as cidades satélites antigas e as fazendas, são componentes históricos que se desenvolveram antes da construção da capital ou mesmo simultaneamente a ela.

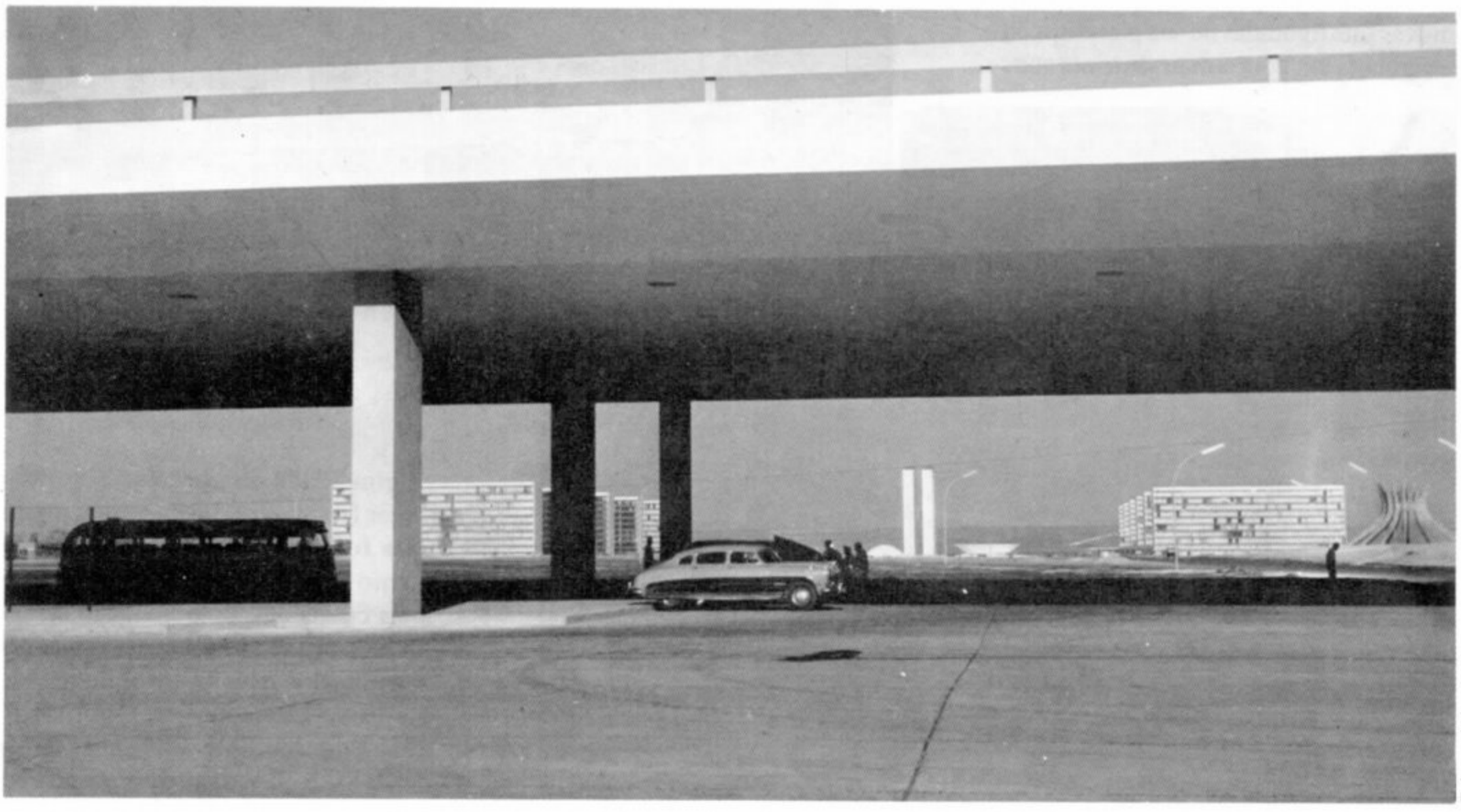
Por outro lado, não existe, ainda, entre os componentes do Grupo, um consenso sobre o que preservar em Brasília. Partir de ''fora para dentro'', num processo exploratório da realidade física e social dos marcos periféricos, indubitavelmente, facilitará o trabalho do Plano Piloto que agora se inicia.

Durante o trabalho de pesquisa historiográfica, detectaram-se não só a existência de três tipos de áreas que podem ser consideradas de interesse para o Patrimônio — cidades antigas, fazendas antigas e acampamentos — e ainda muitos fatos pitorescos como por exemplo as marcas das balas cravadas na pedra fundamental de Brasília (lançada em 1922, próximo, uns 40 quilômetros, do Plano Piloto) por uma parte da Coluna Prestes, em sinal de protesto ao Governo do então Presidente da República, Epitácio Pessoa.



Edgard Jacintho

Novembro de 1959: em obras, o Palácio do Planalto (foto ao lado). Trecho da Plataforma Rodoviária de Brasília, em 1960; ao fundo, a Esplanada dos Ministérios e o edifício do Congresso Nacional (foto abaixo).



Edgard Jacintho

Janeiro/Fevereiro 1983

SPHAN 22

*pró*Memória



Márcio Vianna



Luana Le Roy



Márcio Vianna

Na primeira foto acima, trecho do Centro Histórico de Planaltina; em primeiro plano o museu da cidade. Planaltina é um dos núcleos antigos objeto de estudo do ''Grupo de Brasília''. Abaixo, trecho de Brazlândia, que, como Planaltina, guarda, sem grandes alterações a arquitetura do Centro-Oeste referente aos séculos XVIII e XIX. Na foto ao lado, antiga sede de fazenda localizada na área rural do Distrito Federal.

CIDADES ANTIGAS

São duas as cidades antigas: Planaltina, com 124 anos, localizada, aproximadamente, a 40 quilômetros de Brasília; e Brazlândia, um núcleo fundado no começo do século pelos primeiros ''colonos'' que chegaram à região, e que guarda toda a forma de construção, material empregado e o traçado urbano do século passado.

As duas cidades, no conceito dos arquitetos do Grupo, têm uma arquitetura vernácula, de boa qualidade, embora simples, que exprime toda a forma do Centro-Oeste brasileiro dos séculos XVIII e XIX, sem grandes alterações. Planaltina já vinha sendo tratada com algum cuidado pelo Governo do Distrito Federal. Quanto a Brazlândia, não se havia, ainda, atentado à importância desse núcleo histórico. Por iniciativa do Grupo, foram feitos inventários, fichamentos e dado começo a um tratamento de preservação dos marcos históricos dessas cidades, trabalho no qual se engajaram as respectivas populações.

FAZENDAS ANTIGAS

Cerca de doze fazendas antigas foram levantadas na pesquisa do Grupo, todas elas guardando até hoje a mesma fisionomia arquitetônica vernácula do centro-oeste. A maioria dessas fazendas se encontram espalhadas nas imediações das cidades de Planaltina e de Brazlândia, pois as duas significavam, logicamente, os seus apoios urbanísticos.

Segundo relatório do Grupo, algumas delas ainda conservam todo o fazer e resquícios da atividade da época como: monjolo, olaria, forno, enfim, a própria forma de cultivo do solo, apesar de estarem tão próximas da capital da República. Essa preservação da fisio-



Núcleo Bandeirante, acampamento que se transformou em cidade satélite.



Cena do cotidiano em um dos acampamentos pioneiros.



Os barracos do Núcleo Bandeirante substituídos por prédios de alvenaria.



Vila Metropolitana, os barracos originais da época da construção de Brasília.

nomia do cultivo intensivo primário foi algo que surpreendeu o Grupo.

ACAMPAMENTOS PIONEIROS

Numa aproximação cronológica de Brasília estão os acampamentos pioneiros, que existem ainda em bom número, alguns mais íntegros, outros menos, como por exemplo, o Núcleo Bandeirante, Vila Metropolitana, Vila Planalto, Torto e Candangolândia. Este último, apesar de desfigurado, mantém a primeira escola, em estado precário, e a primeira igreja construída no Distrito Federal, a qual, depois de um trabalho da população local, foi restaurada.

Dentro do esquema de "acampamentos", o Grupo escolheu dois acampamentos como prioritários para serem preservados: Metropolitana e Vila Pla-



Residência típica dos acampamentos pioneiros na construção de Brasília.

Fotos: Fernando Bizerra

SPHAN 22
próMemória

nalto, que ainda guardam não só boa parte dos barracos originais da época da construção de Brasília, como também, parte das respectivas populações originais. O Governo do Distrito Federal já está encaminhando o processo de preservação da Vila Metropolitana, atendendo aos critérios estabelecidos pelo Grupo.

O Núcleo Bandeirante, apesar de ser o mais importante desses acampamentos no plano social, foi a primeira expressão de vida urbana de Brasília — chamado de "suporte urbano" por ter abrigado os primeiros trabalhadores da construção da cidade. Com o passar do tempo, transformou-se numa cidade satélite, e em contínuo processo de transformação, já não guarda sequer resquícios característicos da morada provisória da fase pioneira.

O que resta hoje do antigo acampamento são alguns barracos de madeira em péssimo estado de conservação, que o Grupo, em vista da necessidade que a população tem da melhoria da condição de vida, não aconselha conservar.

INVASÕES

Um outro item considerado pelo Grupo como de grande importância são as invasões, fato que vem acompanhando a cidade desde a época da sua fundação e que continua acontecendo até hoje. Esse é um ponto muito delicado, posto que tais "invasões" decorrem de um afluxo de migração avaliada pelo próprio GDF, em mil pessoas, mensalmente, calculando-se que quase noventa por cento desse afluxo é de nordestinos vindos para aventurar a vida em Brasília.

Segundo o Grupo, ficaria muito difícil propor a preservação das "invasões", visto que o trabalho do grupo tem como objetivo principal a conservação da cidade, aliada ao bem-estar da sua população e, recomendar a preservação das "invasões", algumas vezes implicaria em conservar a péssima condição de vida dos habitantes, perpetuando-se uma situação desumana. A não preservação não implica na recomendação da erradicação dessas invasões.



Fernando Bizerra

A primeira igreja construída no Distrito Federal, no acampamento pioneiro de Candangolândia. O templo, que encontrava-se em precário estado de conservação, foi restaurado pela população local.



Fernando Bizerra

O Núcleo Bandeirante abrigou os primeiros trabalhadores da construção de Brasília. Com o passar do tempo, os antigos barracos de madeira foram sendo gradativamente substituídos por construções de alvenaria. Hoje, à exceção de alguns barracos, em precário estado de conservação, o Núcleo Bandeirante não guarda mais as características de acampamento pioneiro.

Rômulo Andrade



O cerrado, vegetação típica do Centro-Oeste, vem sendo substituído por uma única espécie, provocando pequenos distúrbios no equilíbrio ecológico do DF.

PAISAGEM NATURAL

A paisagem natural requer um tratamento especial, através de pesquisas e medidas a nível local, pela Fundação Zoobotânica; e a nível federal, por intermédio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

Esteve em vigor na NOVACAP um projeto de desapropriação de toda área rural do Distrito Federal. Com a suspensão desse projeto, as áreas que deixaram de ser desapropriadas vêm sendo ocupadas aleatoriamente. São parques construídos nos lugares de plantio e condomínios horizontais, planejados em locais destinados aos parques.

Observa-se, também, a apropriação indevida dos recursos naturais como grutas e córregos, causando uma ameaça à paisagem natural do Distrito Federal. A perda do cerrado, através da substituição da sua vegetação natural, por uma única espécie, vem provocando pequenos distúrbios que deverão ser evitados imediatamente, pois contribuirão para que, no futuro, ocorra um verdadeiro desastre ecológico.

No entender dos membros do Grupo, trechos da paisagem natural devem ser preservados e para isso será feito um mapeamento paisagístico, para localizar as zonas mais importantes em termos de reservas de fauna e flora. O fator estético também foi levado em consideração, e o programa para a pesquisa já está pronto para ser executado.

DOCUMENTAÇÃO

A coleta de documentos históricos de Brasília é uma outra iniciativa paralela do Grupo. Este trabalho, além de ajudar a pesquisa no projeto de preservação da cidade, visa poupar o pesquisador do futuro da difícil tarefa de coletar documentos relativos à cidade. Nessa coletânea se incluem desde o documento que falou pela primeira vez em se criar a cidade, até fitas de cinema sobre as fases da sua construção, depoimentos de pioneiros, publicações dos editais do concurso de projetos para a construção de Brasília.

A fase de coleta de documentos da cidade, ao contrário da preservação do Plano Piloto, tem sido feita com relativa facilidade, pois tudo em Brasília está documentado, fato raro de se encontrar em qualquer outra parte do mundo. Cada construção, cada novo evento, enfim, toda a memória da cidade ainda está muito viva.

A maioria dos órgãos do Governo do Distrito Federal já se dispuseram a colaborar, no que for possível, para reunir em um só local, todo o acervo documental existente nas várias áreas e até nas mãos de particulares.

Por outro lado, o Grupo contará com a Fundação Nacional próMemória, através do seu projeto "Construção de Brasília" que, como o próprio nome diz, busca preservar a memória daquele período.

Vários jornais da época, revistas, projetos de construção da cidade e filmes já foram resgatados pela próMemória. Atualmente, um conjunto de filmes com pouco mais de vinte anos de idade, feito sob encomenda da NOVACAP ao cineasta Edgard da Silva, foi doado à próMemória para estudos e restaurações.



Edgard Jacintho

Dezembro de 1958: em construção o prédio do Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo.

PLANO PILOTO

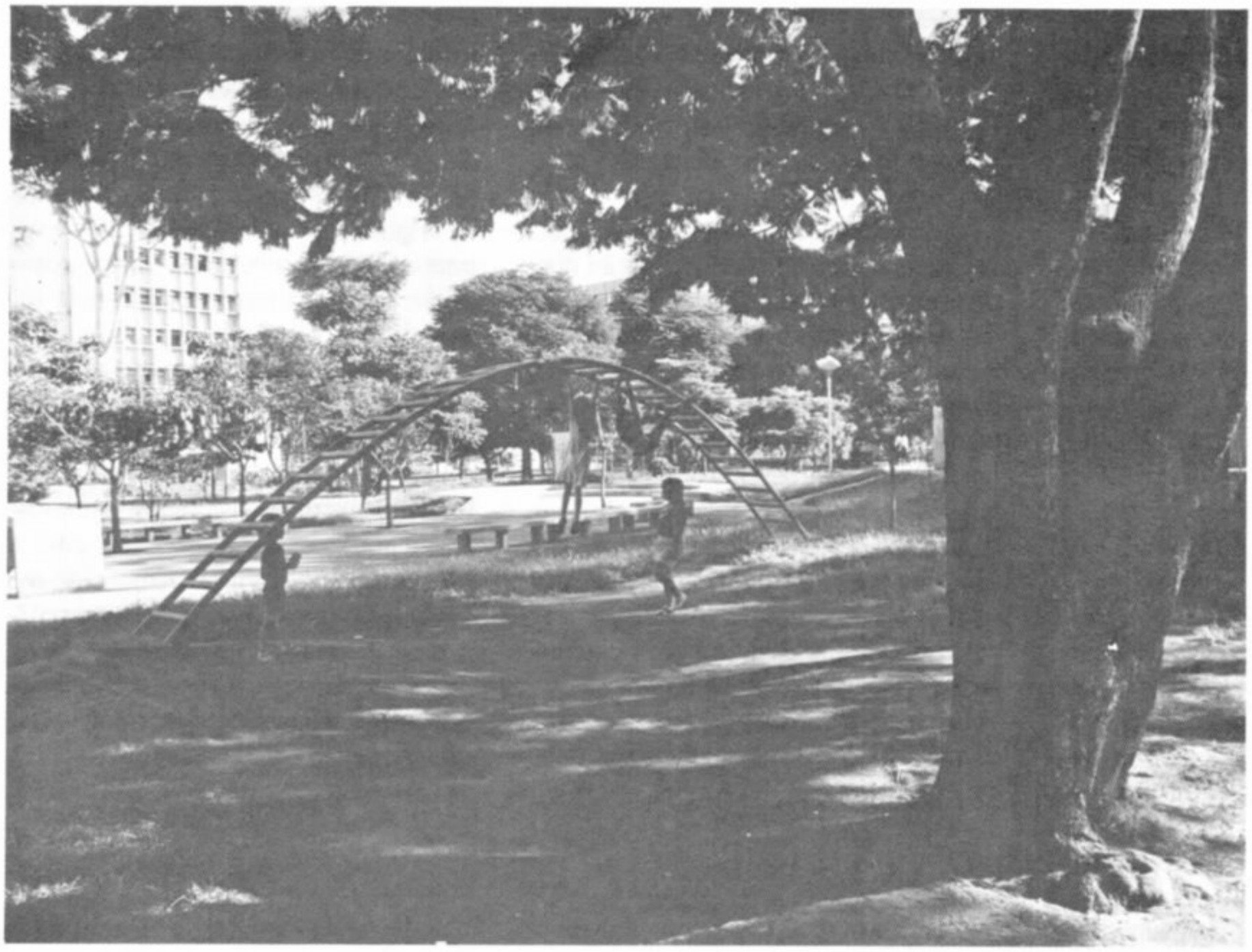
Sem deixar de lado a periferia e o trabalho de documentação, a atenção do Grupo se volta, de agora em diante, com muita ênfase, para a questão do Plano Piloto. Por se tratar de um assunto difícil e ao mesmo tempo delicado, o Grupo intensificará os debates e explorará, ao máximo, as oportunidades que se apresentarem para discutir o assunto, inclusive com técnicos não participantes do Grupo, mas interessados no seu trabalho. Cada deliberação tomada pela Comissão executiva do Grupo é levada à apreciação do Grupo de trabalho, que decide se as providências sugeridas devem ou não ser concretizadas.

Foi realizado, com o apoio da SPHAN e deliberações do GDF, pela sua Secretaria de Educação e Cultura, em abril último, o tombamento, a nível estadual, da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima (primeira construída no Plano Piloto) e do Museu da Praça dos Três Poderes. A Pedra Fundamental de Brasília foi tombada a 7 de setembro de 1982, quando completou 60 anos de seu lançamento.

A idéia de tombar Brasília como um todo nunca foi cogitada entre os participantes do Grupo, mas é assim que, atualmente, os principais proprietários de imobiliárias encaram o trabalho que está sendo feito. Se não bastasse essa distorção de conceito do objetivo do estudo, no ano passado, o candidato a Deputado Federal pelo PTB, Mata Machado, entrou na Justiça do Distrito Federal com um pedido de tombamento total da capital da República, vindo acirrar ainda mais a polêmica em torno do assunto. Ao mesmo tempo em que a iniciativa foi considerada "estapafúrdia e ridícula" por alguns proprietários de imobiliárias, recebeu o aprovo de outros profissionais do mesmo ramo. A empresária Vera Brandt, por exemplo, não se opôs à idéia, mas fez uma ressalva: "tudo que se pretender fazer nesta cidade, em termos urbanísticos, deve ser apreciado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, seus criadores"

O Grupo também é da opinião de que nenhuma atitude neste sentido deve ser tomada à revelia dos planejadores da cidade e de demais entendidos do assunto, tanto que, à certa altura do trabalho, tomaram-se depoimentos, através de fitas cassete, de várias autoridades, e um questionário extenso foi preparado para ser respondido por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. O questionário servirá para uma longa entrevista entre componentes do grupo e os autores do Plano de Brasília, em data a ser brevemente fixada.

Para os membros do Grúpo, a proteção fisionômica de Brasília, que em nenhum momento deve ser confundida com o seu tombamento, é de responsabilidade de todos os moradores da cidade e dos órgãos governamentais envolvidos. Não deve ficar restrita ao trabalho dos intelectuais, mesmo porque, espera-se que as medidas a serem tomadas em decorrência do estudo sejam benéficas ao bem estar da sua população.



Fernando Bizerra

Uma das características de Brasília é o espaço reservado às áreas de lazer. Espalhadas principalmente entre e no interior das quadras residenciais, essas áreas possuem equipamentos de uso coletivo da população da cidade.

A construção de Brasília: tema de exposição promovida pela próMemória

Uma grande mostra que reunirá documentos cinematográficos, impressos e orais sobre a construção de Brasília, está sendo organizada pela Fundação Nacional próMemória, com o apoio de outras entidades públicas e privadas, para o mês de abril próximo, quando a capital estará completando seu 23.º aniversário.

Paralelamente à mostra, será promovido um amplo seminário que discutirá a preservação da memória de Brasília e cidades-satélites, e sua produção cultural, com a participação de pessoas e instituições ligadas à questão do conhecimento, recuperação, preservação e adequada utilização dos bens culturais locais ou relacionados a seu desenvolvimento cultural.

O acervo da exposição, que será montada no Memorial JK, é composto basicamente de cinejornais produzidos pela NOVACAP, abrangendo o período 1957/60, que não chegaram a ser veiculados, hoje pertencentes ao arquivo do Memorial. Estes filmes estão sendo convertidos para VT, que por sua vez poderão ser livremente apreciados pelo público em aparelhos de vidiocassete, colocados lado a lado com depoimentos gravados dos cineastas pioneiros, autores dos filmes, além de fotos, revistas e jornais da época.

Mesmo durante a mostra, que deverá durar 30 dias, as pesquisas continuarão, com contatos que já estão sendo feitos no exterior, no sentido de resgatar o material que esteja fora do Brasil; e mesmo dentro do evento, onde se pretende cadastrar os visitantes e participantes do seminário que possuam documentos do período, ou sejam eles mesmos pioneiros, testemunhas significativas da implantação de Brasília. A intenção é que a iniciativa não se limite à mostra, mas sim que esta seja um elemento catalisador a partir do qual seria efetivado o trabalho conjunto entre as instituições devidamente aparelhadas e setores expressivos da população, no sentido de estimular a produção cultural em Brasília, e preservar sua memória, principalmente através da utilização desse acervo histórico pouco conhecido.

A Fundação Nacional próMemória contará, para o evento, com o apoio da Funarte, que produzirá um catálogo detalhado sobre os filmes; da Escola de Administração Fazendária, que cederá o equipamento necessário para a realização de alguns tapes; da Embrafilme, responsável pela recuperação e conversão dos filmes de 35 mm para cassete; da Sharp, que cederá 20 TVs e 13 videocassetes; do Ponto Frio, que apoiará a produção da mostra, juntamente com outros empresários de Brasília, que ainda não definiram sua participação.

Cidade tem de volta monumentos restaurados

Brasília tem de volta restaurados dois de seus principais monumentos: a Capela de Nossa Senhora de Fátima (Igrejinha) e o Museu da Cidade (Museu Histórico de Brasília). As obras de recuperação foram executadas pela SPHAN/próMemória, através da 8.ª Diretoria Regional, em convênios com o Governo do Distrito Federal (SPHAN n.º 16, pág. 19).

A restauração da Igrejinha restringiu-se a serviços de recomposição dos revestimentos e esquadrias, não implicando em intervenções em suas características arquitetônicas. As paredes internas foram raspadas, retirando as camadas de pinturas recentes, que, imitando mármore, descaracterizavam inteiramente o espaço da capela. Na lage de cobertura foi feita a revisão de serviço recente de impermeabilização, com aplicação de nova camada de impermeabilizante; toda a borda externa da lage de cobertura, bem como a superfície do teto, foram raspadas e novamente emassadas e pintadas com tinta branca especial resistente. O piso da capela foi inteiramente substituído por pedra ardósia, já que a cerâmica original não é mais fabricada. Optou-se pelo revestimento de pedra por ser material natural e por não gerar problemas de reposição futura. As esquadrias foram substituídas antes mesmo do início das obras — a principal, em treliça de madeira, foi refeita com base nos detalhes da original. As instalações elétrica e sanitária foram recuperadas; o crematório da área externa posterior à capela foi demolido.

Os trabalhos de recuperação do Museu da Cidade envolveram intervenções na cobertura, para eliminar infiltração de águas pluviais; no teto, que foi complementado e pintado, após impermeabilização; nas paredes, com a limpeza completa do mármore de revestimento; e no piso, onde foram afixadas em algumas falhas novas placas de granito. Foram revistas e recuperadas as instalações elétrica e hidráulica do monumento.

Janeiro/Fevereiro 1983

SPHAN 22

*pró*Memória

Material arqueológico de valor cultural inestimável é encontrado na Ilha de Santana (RJ)



Arquivo SPHAN

Vista aérea da Ilha de Santana, onde pode-se perceber seu relevo acidentado.

A descoberta fortuita de alguns ossos humanos durante as obras de abertura de uma estrada, empreendida pela Petrobrás, na Ilha de Santana (RJ), há pouco mais de um ano, acabou por se revelar num grande achado arqueológico, já que são raros os vestígios da presença do homem em ilhas brasileiras no período pré-cabralino.

Pesquisas realizadas ao longo do ano passado, pela equipe de arqueologia da SPHAN/próMemória, revelaram que os indícios fazem parte de um grande sítio arqueológico de extensão ainda desconhecida, mas de valor inestimável para a reconstituição do modo de vida das populações pré-históricas do litoral fluminense, considerando-se a completa inexistência de resgates dessa natureza em ilhas distantes, bem como a ausência, até o momento, de qualquer trabalho nacional publicado sobre o assunto. O achado se prestaria ainda, segundo as arqueólogas responsáveis, Regina Coeli da Silva e Tânia Andrade Lima, para estudos de áreas afins, como a geologia do período quaternário, paleontologia e malacologia (respectivamente o estudo dos fósseis animais/vegetais e o dos moluscos).

A DESCOBERTA

Em novembro de 1981, a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional recebeu um comunicado da Petrobrás sobre uma ossada humana que teria sido encontrada na Ilha de Santana, situada a 10 quilômetros da costa, entre as ilhas do Francês e do Sul, no litoral de Macaé, Estado do Rio.

O local é semi-deserto, de propriedade da Marinha, existindo nele apenas um farol e o alojamento do pessoal que ali trabalha. Foi durante a instalação de uma torre de telecomunicações, na remoção da terra necessária para a abertura da via de acesso, que a Petrobrás descobriu o esqueleto, a 143 metros à direita do alojamento, e a 13 metros da linha d'água, o que determinou a imediata suspensão da obra. Uma rápida inspeção por parte de técnicos da SPHAN constatou a existência do sítio, para o qual elaborou-se, imediatamente, um programa de salvamento arqueológico (estudo de emergência usualmente empregado nestes casos, quando o material está em vias de se perder).

O SALVAMENTO

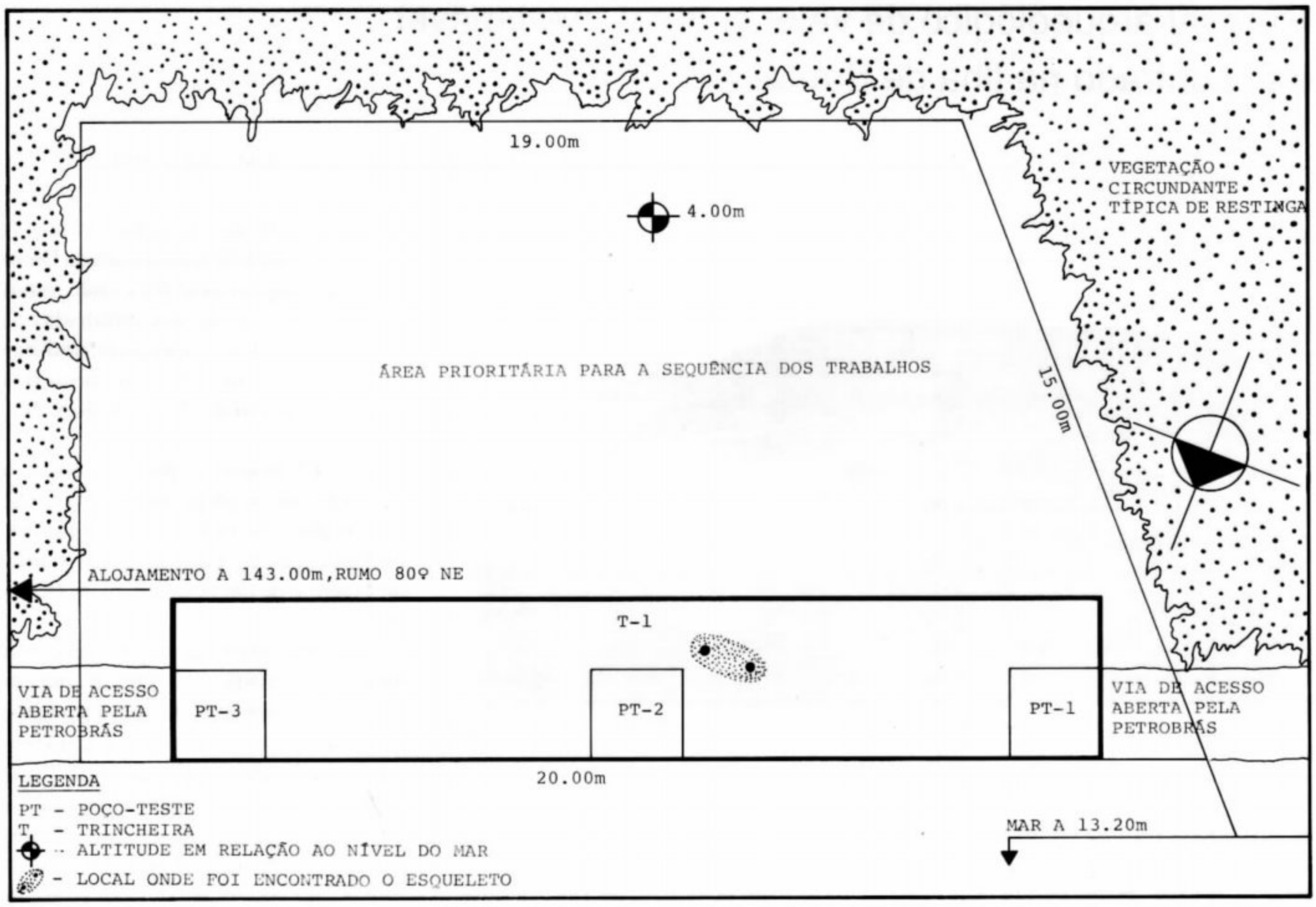
Como primeiro passo, providenciou-se a retirada dos ossos da Delegacia de Polícia (local para onde muito freqüentemente são encaminhadas as descobertas deste tipo, confundidas com restos criminais) e o envio dos mesmos para análise, no Museu Nacional.

Efetuou-se, a partir de então, a ação na área, num período de 10 dias, março/abril de 1982, com o apoio de embarcações da Capitania dos Portos de Macaé e de um helicóptero da Petrobrás.

A retirada da vegetação densa precedeu à prospecção, que se concentrou prioritariamente no ponto em que o esqueleto foi encontrado. Dezessete metros adiante, em linha reta, uma forte concentração de lascas de quartzo (110 lascas para uma área de apenas meio metro quadrado) sugeriu a abertura de um poço-teste (PT) de 2 metros de lado no local, denominado PT-1 (conforme mostra o gráfico).

Mais dois poços foram abertos: PT-3 na área da ossada, e PT-2 num ponto equidistante dos dois, ambos com as mesmas dimensões. O perfil estratigráfico resultante da escavação dos poços revelou-se composto por duas camadas: a mais superficial, húmica, correspondente à ocupação pré-histórica, com cerca de 40/50cm e a inferior, de sedimento arenoso alvo e arqueologicamente estéril.

Os resultados demonstraram que a concentração maior dos restos se dava em PT-1 e PT-2, adensando-se em direção ao interior e rareando no sentido da praia. A escavação de PT-1 revelou uma estrutura de combustão não totalmente evidenciada, em cujo interior havia lascas de quartzo em abundância, carapaças de moluscos, fragmentos de equinodermos,peixes, crustáceos, ossos de aves e de pequenos mamíferos, além de coquinhos calcinados e traços de corante vermelho. Em PT-2 encontrou-se os mesmos restos e



PT-3 forneceu apenas ossos de peixes e lascas de quartzo, com destaque especial para três delas, em ponta.

O procedimento seguinte, em vista das circunstâncias, foi a unificação dos poços-teste e a sua ampliação em uma grande trincheira com 20 metros de extensão, 3,5 metros de largura e um metro de profundidade.

Esta trincheira confirmou a estrutura de combustão, expondo os vestígios de uma fogueira de dimensões consideráveis a 25 cm de profundidade, em cujo interior foi encontrado grande quantidade de lascas e restos de animais calcinados, juntamente com um pequeno fragmento ósseo de origem aparentemente humana.

A remoção de toda a camada correspondente a fogueira confirmou tais suspeitas: ali, pousado por sobre a camada e no interior da carbonizada, foi encontrado um esqueleto humano adulto, em conexão anatômica, possivelmente indígena (o que foi confirmado depois pela datação), completo, com exceção do fêmur direito, ausente e do crânio, esfacelado, do qual restaram apenas cinco pequenos fragmentos e dois dentes do maxilar superior, embora a mandíbula estivesse intacta. Outro detalhe é a tíbia direita, que apresenta uma fratura antiga. Em associação direta com o esqueleto foram identificados os mesmos vestígios alimentares presentes em todo o sítio, sendo que a ossada apresenta ainda traços de ocre, matéria corante avermelhada que era despejada usualmente sobre sepultamentos pré-históricos, incrustado sobre os ossos calcinados. Se confirmado como tal, após exames de laboratório, a presença do ocre poderia indicar que houve ali algo próximo a um ritual de sepultamento.

O trabalho de campo encerrou-se com um exame da superfície das praias, sem resultados positivos, tendo sido encontrada apenas uma bala de canhão (vide quadro). Uma rápida prospecção de alguns abrigos rochosos mais promissores, dentre os muitos presentes na Ilha de Santana e vizinhas, não demonstrou nenhum indício de ocupação pré-histórica, embora ofereçam excelentes condições para tal.

PRIMEIROS RESULTADOS

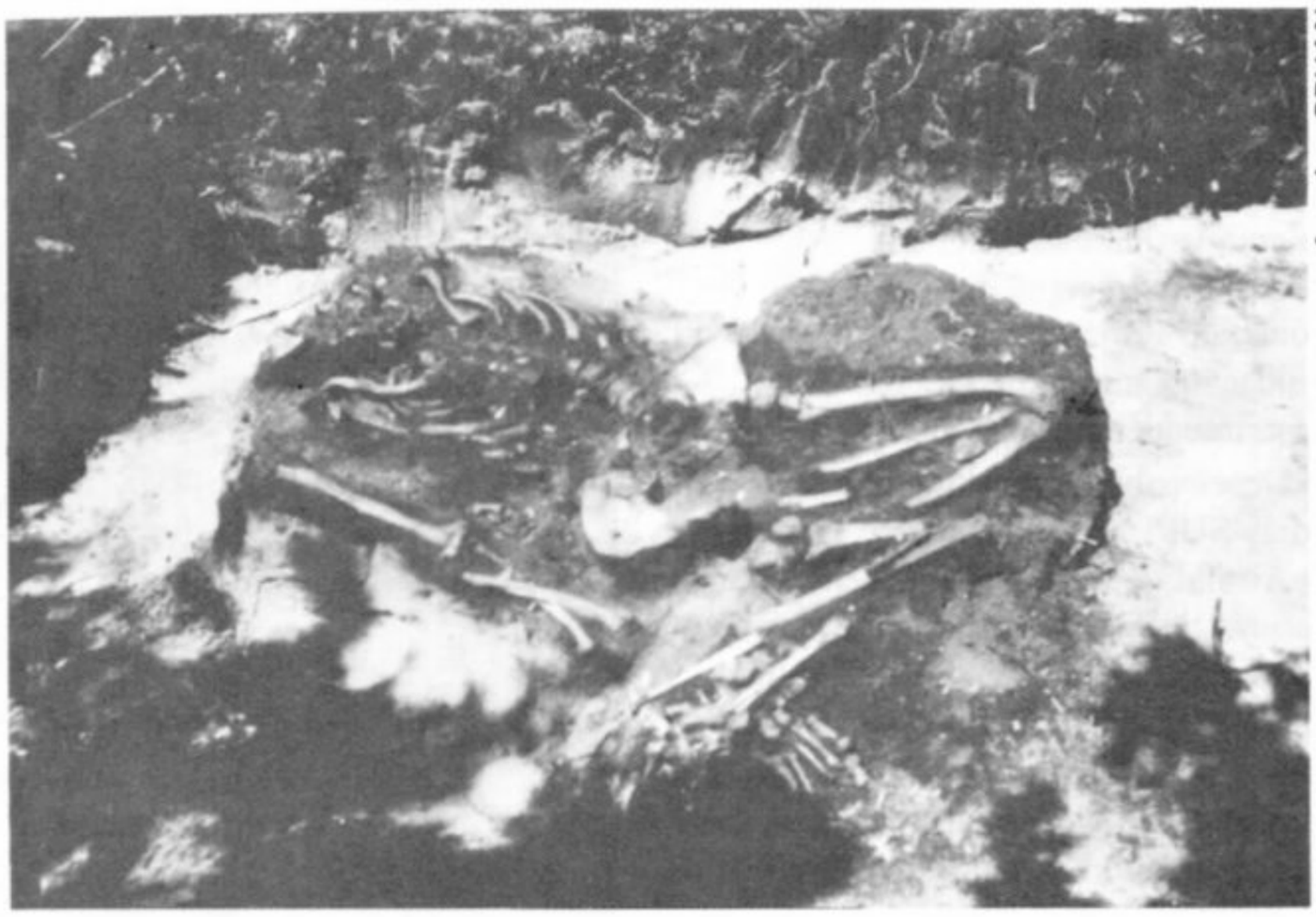
O material recuperado no sítio arqueológico foi envidado para os laboratórios do Museu Nacional. Somente os restos de vertebrados entregues ao Departamento de Paleontologia pesaram 1.423 kg que, juntamente com os restos malacológicos, invertebrados e antropológicos, estão no momento em processo de análise.

As primeiras informações indicam uma indústria lítica bastante rudimentar; o quartzo aparentemente foi utilizado como instrumento numa forma apenas lascada, já que a fratura natural da rocha oferece as bordas cortantes e perfurantes necessárias. Poucos foram os instrumentos transformados. As bordas de algumas carapaças de moluscos também apresentaram evidências de utilização.

Por sua vez, a datação feita nos EUA pelo método do Carbono 14, com amostras de carvão extraídas de sob a tíbia direita do esqueleto, revelou um resultado surpreendente: 1260 ± 330 anos antes do presente, *o que significa que o conjunto, na hipótese mais remota, seria do século IV.*

A importância do achado não se resume, porém, a sua idade ou a suas características peculiaríssimas (já que é bastante incomum descobrir um sepultamento *no fundo* de uma fogueira, principalmente no contexto em que a ossada se encontrava). Ele é especial por ser a primeira datação de material arqueológico encontrado em nossas ilhas, o que também remete ao forte indício do uso de embarcações marítimas na pré-história brasileira, em função da distância e das condições em que a ilha se encontra. As grutas vazias e o contexto geral do sítio vêm sugerindo que Santana não foi habitada, mas sim ocupada, temporariamente, por um grupo de nativos, que enfrentaram, não se sabe quantas vezes, a travessia de um mar violento, que exige inclusive bons conhecimentos de navegação. A questão passa a ser tentar explicar a razão dessa ocupação, num local de tão difícil acesso.

De qualquer maneira, é impossível afirmar-se algo com as informações disponíveis até o momento. O setor de arqueologia da SPHAN espera dar continuidade, em 1983, ao trabalho, não mais de mero salvamento de emergência, mas sim como um minucioso projeto de pesquisa a se estender por todo o ano.



Arquivo SPHAN

O esqueleto carbonizado, tal como foi encontrado. Notam-se a tíbia fraturada e a ausência do crânio.

Etnografia colonial ajuda nas interpretações

Parte do misterio que envolve a Ilha de Santana está sendo desvendado através do estudo dos relatos dos viajantes que passaram pela ilha nos séculos XVI e XVII, local de parada para os navios na rota de Cabo Frio.

Mais de 20 livros contendo referências sobre a ilha foram examinados durante o levantamento etnográfico realizado pelo setor de arqueologia da SPHAN/próMemória, referências essas que sugerem algumas das respostas para os indícios encontrados.

Tais cronistas descreviam a Ilha de Santana no século XVI como sendo eventualmente ocupada por indígenas envolvidos, nessa época, com o contrabando do pau-brasil. Os índios traziam a madeira das costas de Cabo Frio e Araruama em pequenos barcos, e a depositavam nas praias da ilha, de onde era recolhida pelos navios franceses. Os navios teriam o hábito de disparar contra a praia, avisando da sua chegada, o que explica a corroída bala de canhão encontrada, prova real da pirataria. Algum tempo depois, Santana teria sido desocupada pelos portugueses na repressão ao contrabando, ficando proibida a permanência de qualquer pessoa ali.

Problemas como a falta do fêmur do esqueleto encontrado na fogueira também passam a ter uma pista através desses relatos. O fêmur, osso dos mais resistentes, não poderia ter se decomposto antes de outros como a omoplata, por exemplo, que estava presente. Porém é possível que ele tenha sido retirado para a confecção de artefatos, hábito descrito como comum para as tribos indígenas do Brasil. Outro indício, uma lage de pedra com inscrições a respeito de um jesuíta que haveria morrido na ilha e sido enterrado ali, teria relação com os registros sobre jesuítas que tentaram estabelecer contato com os índios da área, sem muito sucesso. O continente à frente da ilha de Santana era território dos Goytacá, antropófagos, que só foram subjugados muito tempo depois, derrotados pelos Fupinambá, aliados dos portugueses. É interessante lembrar que nunca se encontrou provas arqueológicas da ocorrência de antropofagia, hábito tão comentado nas crônicas da época.

GOIÁS

Acervo arquitetônico de Natividade vai ser cadastrado

A SPHAN/próMemória dará início em março ao cadastramento dos imóveis de valor histórico do núcleo urbano de Natividade. O trabalho será desenvolvido com o apoio da Secretaria de Ensino Superior do MEC, da Universidade Católica de Goiás, do Projeto Rondon, da Fundação Cultural de Goiás e da Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás-SUPLAN, e deverá se estender ao Arraial de São Luiz, na Serra de Natividade, núcleo original da cidade e do qual restam hoje somente ruínas.

O cadastramento servirá de ponto de partida para estudos mais aprofundados no sentido de se conseguir futuramente o tombamento do conjunto e/ou a preservação através de leis municipais/estaduais. Numa segunda etapa, pretende-se realizar o levantamento cadastral do roteiro histórico de Goiás, a partir da experiência-piloto de Natividade.



Marco Antônio Galvão/FNPM

Ruínas do Arraial de São Luiz, núcleo original da cidade de Natividade.

O conjunto de Natividade é de significativa expressão; é a única cidade do norte de Goiás que ainda conserva um núcleo apreciável de edifícios históricos, daí a necessidade de se realizar o cadastramento do acervo existente.

O atual núcleo urbano surgiu do Arraial de São Luiz, erguido no alto da Serra de Natividade, durante o Ciclo do Ouro em Goiás. Deste núcleo original restam hoje apenas ruínas, dentre elas uma ponte de pedra que serviu para transpor a canalização de água destinada à lavagem do ouro, um grupo de pequenas casas de pedra e grandes diques para lavagem do ouro.

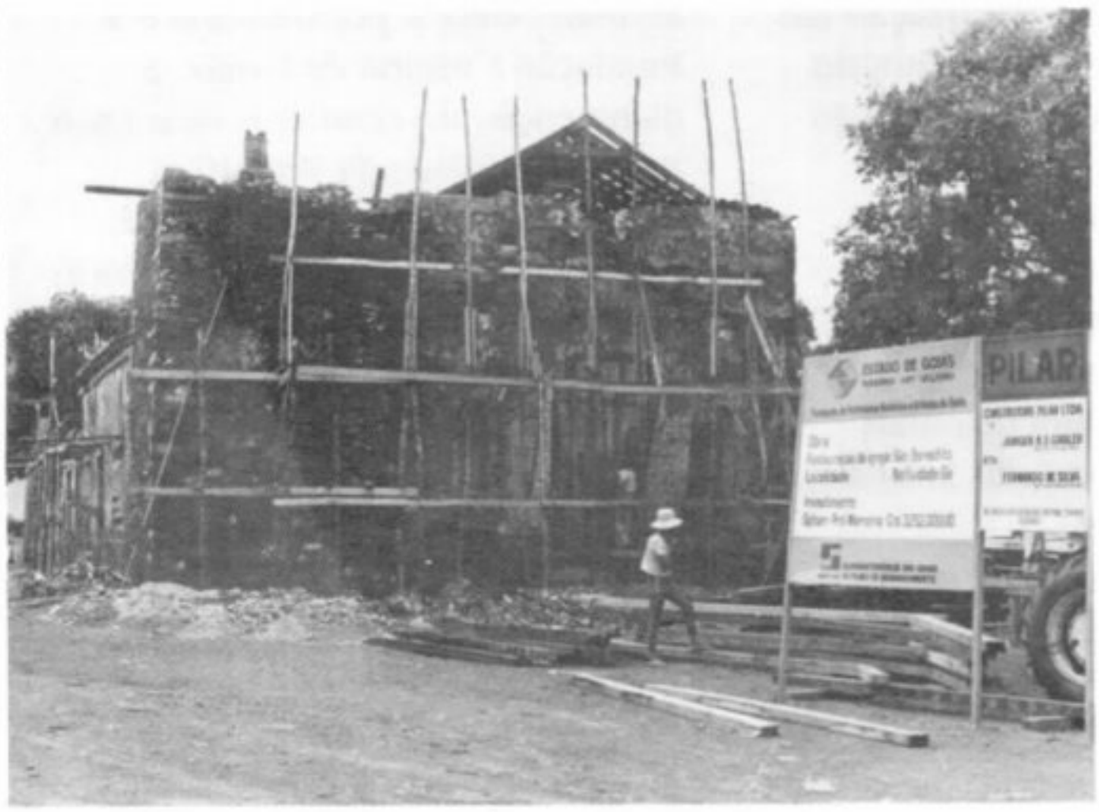
O descobrimento das minas de Natividade corresponde ao segundo momento da procura do ouro em Goiás: o descobrimento das minas do ''norte'' ou do ''Tocantins''. Descoberto em 1734, foi disputado no início pelo Governo do Pará. A agitação provocada pela implantação da capitania agravada pela disputa da região por parte do Governo do Pará, determinou a visita consecutiva dos Governadores de São Paulo, D. Antônio Luiz de Távora e D. Luiz de Mascarenhas. Em favor a este, o nascente arraial foi chamado São Luiz, nome posteriormente trocado pelo de Natividade, em honra à invocação de Nossa Senhora, titular da Freguesia.

A importância de suas minas fez com que o arraial fosse logo elevado à categoria de Julgado, incluindo em sua jurisdição Chapada, Almas e Duro, hoje Dianópolis. Na época áurea da mineração, Natividade era o quarto Julgado em arrecadação de rendas municipais, o que indica a vitalidade de seu comércio.

Essa função comercial preservou Natividade do total esvaziamento da vida urbana ao precipitar-se a decadência da mineração. Cunha Mattos descreve o arraial, em 1824, como ''extenso, aprazível, com boas casas, belas ruas, uma companhia de infantaria, duas de cavalaria, uma de henriques milicianos e uma de ordenanças''. Natividade atravessava então o momento de sua maior projeção histórica. De 1809 a 1815 foi sede do ''Governo do Norte'', residência do ouvidor da recém-criada Comarca do Norte ao dividir-se administrativamente a Capitania. Mais tarde, foi capital da efêmera Província do Norte, nas convulsões da independência. Era igualmente centro da administração eclesiástica por residir nela o Vigário Geral do Norte.

Em 1831, pelo Decreto de 1.º de junho, Natividade foi elevada à categoria de Vila e dotada com duas escolas: a primária para os dois sexos e uma de latim implantada pelo padre Emílio Marques. Esta última haveria de durar pouco, pois já se iniciava o declínio da cidade. Assim, Natividade, irremediavelmente isolada pelas grandes distâncias e falta de meios de comunicação, voltava a

SPHAN 22
*pró*Memória



Marco Antônio Galvão/FNPM

Igreja de São Benedito: antes...



Marco Antônio Galvão/FNPM

...e depois das obras de restauração.

uma economia de subsistência.

IGREJA

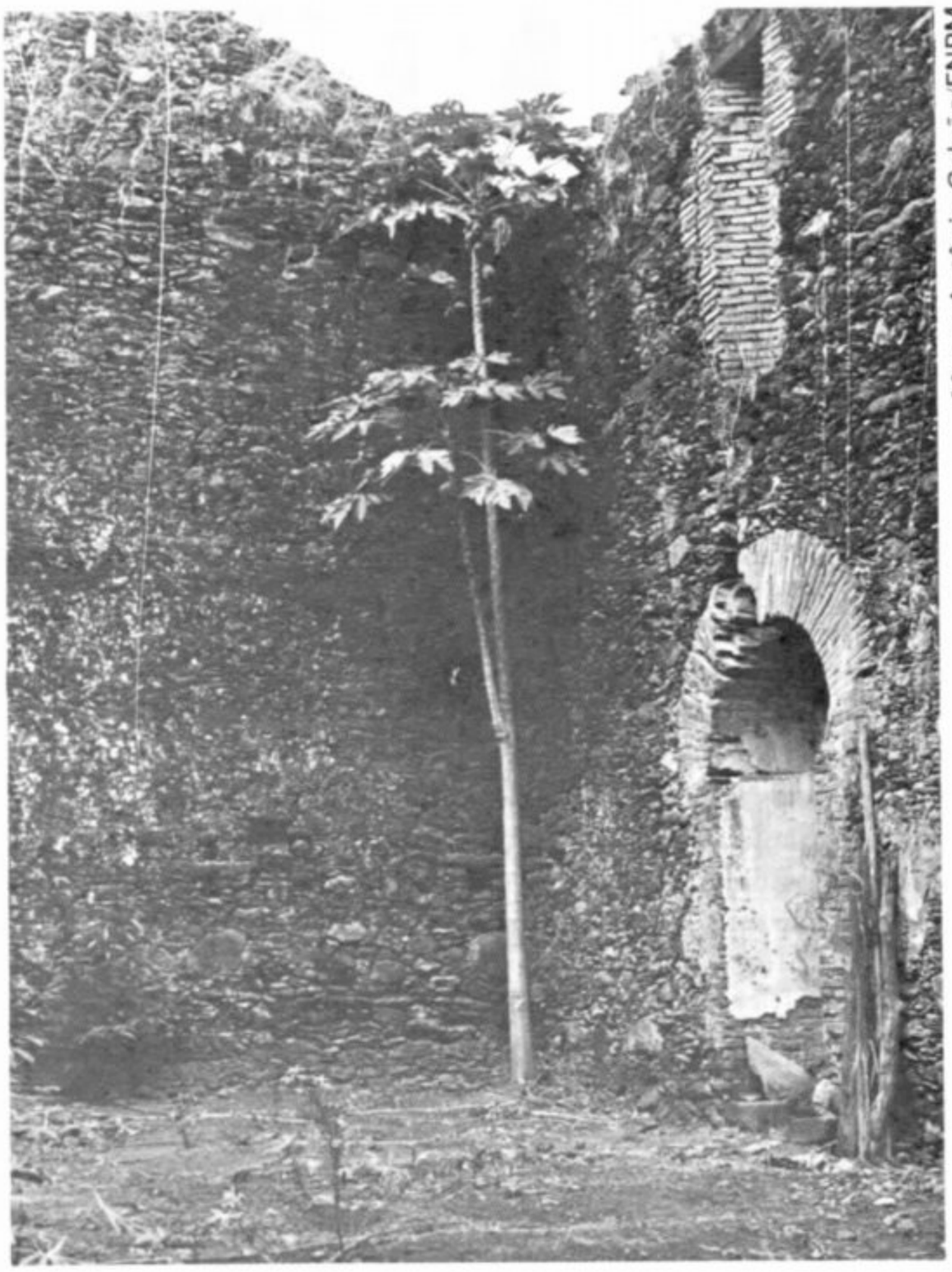
As obras de restauração da Igreja de São Benedito, em Natividade, estão concluídas, de acordo com projeto elaborado pela Fundação Cultural de Goiás e aprovado pela SPHAN/próMemória. Os trabalhos foram realizados por meio de convênio firmado entre a Fundação Nacional próMemória e a Fundação Cultural de Goiás, com a interveniência da Secretaria de Cultura do MEC, da SUPLAN e da Sociedade dos Amigos da Paróquia de São Benedito, entidade responsável, a partir de agora, pela conservação do monumento.

Os trabalhos tiveram por objetivo restaurar importante exemplar da arquitetura religiosa de Goiás, construído pelos negros no século XVIII e que se encontrava em precário estado de conservação, apresentando sérias avarias, principalmente na fachada principal.

CEMITÉRIO E RUÍNAS

Encontram-se em andamento as obras de restauração do Cemitério de São Miguel e de estabilização das ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, um gigantesco templo em pedra, datado do século XVIII que não chegou a ser concluído. Os dois monumentos estão localizados em Natividade.

Sobre essa igreja escreveu Pohl, por ocasião de sua visita a Natividade, em 1819: "A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos superaria a todas as demais igrejas da Capitania, se fosse terminada. Foi iniciada a edificação dessa igreja pelos negros livres, segundo uma grandiosa planta, mas só a metade ficou concluída: por falta de meios, sobretudo pela diminuição da produção de ouro, a construção teve de ser abandonada. Foi obstinadamente recusado pelos negros



Marco Antônio Galvão/FNPM

Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, obra inacabada, datada do século XVIII. O monumento em pedra passa no momento por obras de estabilização.

o oferecimento dos habitantes de outras cores de contribuírem em comum para a terminação do belo edifício, embora, pela sua pobreza e fraca perspectiva de futura prosperidade, lhes seja absolutamente impossível terminarem a edificação. O orgulho desta classe não lhe permite aceitar a bem intencionada contribuição de seus concidadãos e o que já está feito, breve estará em ruínas''

O projeto de estabilização das ruínas e de restauração do cemitério está sendo executado pela Fundação Cultural de Goiás, através da SUPLAN, sob a supervisão da Fundação próMemória. Os monumentos são tombados pelo Estado de Goiás, sendo que o cemitério representa um dos mais expressivos exemplares das antigas necrópoles do Estado.

De acordo com o convênio assinado entre a próMemória e a Fundação Cultural de Goiás, a manutenção do cemitério ficará sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Natividade e a das ruínas, a cargo da Diocese de Porto Nacional, entidades intervenientes no convênio juntamente com a Secretaria da Cultura do MEC e a SUPLAN.

Santa Cruz tem de volta Casa de Câmara e Cadeia restaurada

Estão concluídas as obras de restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz de Goiás, único monumento da arquitetura colonial portuguesa ainda existente em toda a região sudeste do Estado. Os trabalhos foram executados pela Fundação Cultural de Goiás, em convênio com a SPHAN/próMemória, através da 8.ª Diretoria Regional. O imóvel encontrava-se em precário estado de conservação e, por isso, as suas dependências foram amplamente recuperadas e adaptadas para abrigar a Biblioteca Pública e o acervo do Arquivo Histórico do Município, conforme desejo manifesto da comunidade.

A Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz de Goiás foi construída em 1880 por João Marinho Lousada, às expensas do Governo Provincial de Goiás. Durante muitos anos, sediou a Intendência Municipal, serviu de Gabinete e Sala de Audiências do Juiz da Comarca, de Delegacia de Polícia, de sede da Câmara de Vereadores, até 1971. Apesar do tempo decorrido desde o seu abandono, o imóvel conservou sua estrutura intacta, ameaçada, porém, pelo arruinamento gradativo, decorrente do descaso em que se encontrava.

Após uma série de negociações, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Goiás doou o edifício à Fundação Cultural do Estado, que definiu o projeto de restauração e uso do monumento.



José Leme Galvão/FNPM

Restaurada, a Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz de Goiás abriga agora a Biblioteca Pública e o acervo do Arquivo Histórico do Município.

Santa Cruz de Goiás é um dos mais antigos núcleos urbanos do Estado. Sua fundação, atribuída a Manoel Dias da Silva, deu-se em 1729. Localizado na região centro-sul de Goiás, o arraial foi erguido à margem da antiga estrada que vinha de São Paulo, e tornou-se uma das mais importantes povoações do período colonial.

A decadência de Santa Cruz, acentuada com a construção de novas estradas que a deixaram à margem, assegurou-lhe certo isolamento, resultando na preservação de costumes e tradições, como a cavalhada, a contra-dança e a congada.

SPHAN 22
*pró*Memória

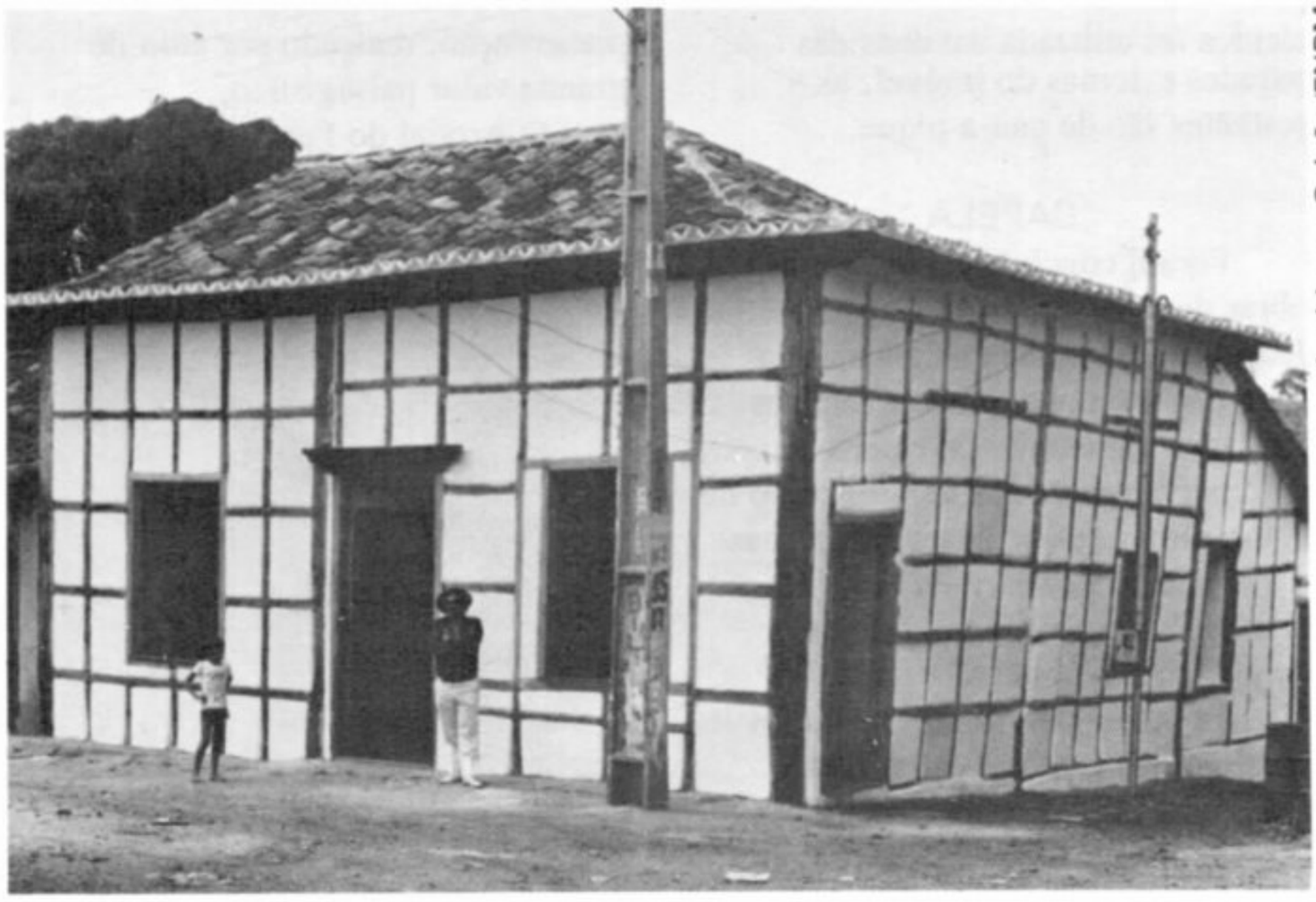
Concluídas obras em Pilar, Arraial do Ferreiro e Pirenópolis

A 8.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória concluiu, através de contrato firmado com a empresa "Construtora Aliança Ltda.", as obras de emergência em benefício da "Casa d'Enxaimel", localizada em Pilar de Goiás. O imóvel, de propriedade particular, encontrava-se em precário estado de conservação: todo o conjunto estava desestabilizado, com grande parte da estrutura de madeira apodrecida e as paredes de pau-a-pique desagregadas. Os serviços foram executados tendo em vista que os proprietários não possuíam recursos financeiros para aplicar nas obras necessárias, como também pelo fato de tratar-se de imóvel integrante do acervo arquitetônico tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Pilar de Goiás.

Para estabilizar o conjunto foi feito o escoramento da parede lateral esquerda, que encontrava-se fortemente desaprumada; toda a cobertura foi retirada para revisão e alívio de peso, o que permitiu a recuperação da estrutura e das paredes do imóvel. Procedeu-se ainda à restauração do forro da sala principal, assim como à recuperação dos rebocos e das esquadrias das fachadas. Foi recomposto também um trecho do "enxaimel" da fachada principal, que encontrava-se toda rebocada — durante os serviços percebeu-se que a mesma foi construída dentro da mesma técnica ("enxaimel"), optou-se, então, por deixar aparente o madeiramento, protegido com óleo de linhaça. O piso e as paredes da sala principal foram revestidos com madeira; todo o imóvel recebeu pintura geral, com a caiação das paredes externas, uso de tinta branca nas internas e tinta a óleo nas esquadrias.



José Leme Galvão/FNPM



José Leme Galvão/FNPM

A "Casa d'Enxaimel", em Pilar de Goiás, foi beneficiada com uma série de obras de emergência. O imóvel, de propriedade particular, encontrava-se em precário estado de conservação, com risco de desabamento (foto acima). Os serviços executados recuperaram para a cidade de Pilar importante exemplar de arquitetura integrante do acervo tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na cidade (foto abaixo).



Xinha/FNPM

Agenciamento do entorno da Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis. O templo foi beneficiado com obras de emergência, que visaram à estabilização de sua parte posterior, através da drenagem do terreno.

A arquitetura de ''enxaimel'' é uma técnica de construção de residências em ''prateleiras'', com tramados de madeira em formas verticais, horizontais e com escoras, onde são colocados os tijolos, pedras ou outro material — no caso da casa de Pilar de Goiás o material usado é a pedra assentada com barro. Essa técnica foi utilizada em duas das paredes externas do imóvel, as restantes são de pau-a-pique.

CAPELA

Foram concluídas também as obras de emergência na Capela de São João Batista, situada no Arraial do Ferreiro, um dos primeiros núcleos fundados em Goiás. O templo enfrentava problemas de infiltração de águas pluviais, que ameaçavam suas paredes de adobe e causavam inundações em sua lateral direita, contígua ao cemitério.

Toda a cobertura da capela foi recomposta, tendo as calhas sido amarradas às ripas com ganchos de arame galvanizados; para evitar a penetração de águas pluviais foi realizado o rebaixamento das calçadas laterais. Três portas internas foram reparadas, assim como o portão do cemitério anexo. Procedeu-se ainda à limpeza completa do local.

Tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em janeiro de 1953, a Capela de São João Batista foi erigida em 1761 e ainda hoje mantém suas feições originais. O conjunto compreendido ainda pelas casas do entorno, é digno de preservação, realçado por sítio de grande valor paisagístico.

O Arraial do Ferreiro relaciona-se diretamente aos acontecimentos ligados ao início da exploração aurífera na região. Segundo relato de historiadores, a localidade foi fundada em 1726, na mesma data em que Bartolomeu Bueno edificava a Capela de Sant'Anna, onde hoje se ergue a catedral da Cidade de Goiás. No início do século XIX, o arraial era constituído por 105 casas em ruínas e a Capela de São João Batista; em 1974 restavam apenas o templo e mais três casas.

MATRIZ

Em contrato com a Prefeitura Municipal, entidade executora dos serviços, a 8.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória concluiu as obras de emergência em benefício da Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis.

As obras de emergência visaram à estabilização da parte posterior do templo, por meio de drenagem do terreno em torno dessa área. Foi executado ainda o agenciamento do trecho drenado para projeto de paisagismo. Toda a cobertura da matriz foi revisada e parte do seu madeiramento passou por processo de imunização.

A Matriz de Nossa Senhora do Rosário é monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e constitui-se num dos principais exemplares de arte barroca de Goiás.



José Leme Galvão/FNPM

A Capela de São João Batista, no Arraial do Ferreiro, é monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1953.

PARÁ

Forte do Castelo: Reconstrução da muralha destruída pelas marés

Continuam em andamento as obras de conservação e restauração de diversos monumentos do patrimônio histórico do Estado do Pará, executadas pela SPHAN/próMemória, através da 1.ª Diretoria Regional, sediada em Belém. A 1.ª DR, em colaboração com órgãos estaduais e municipais, elaborou um plano de conservação e restauração de bens culturais, executado em 1981/82, em monumentos como o Forte do Castelo, as Igrejas de Santo Alexandre e do Carmo, a Capela da Ordem Terceira, em Belém, e a Igreja da Madre de Deus, na Vigia (SPHAN n.º 12, pág. 7).



O Forte do Castelo está tendo a sua muralha reconstruída. O monumento foi tombado pelo IPHAN, em 1962, e constitui-se num dos mais procurados pontos turísticos de Belém, por sua localização privilegiada e seu sentido histórico.

Jorge Derenji/FNPM

Localizado na confluência do Rio Guamá com a Baía de Guajará, o Forte do Castelo é um local de grande significado histórico para a cidade, pois foi aí que se deu sua fundação, a 12 de janeiro de 1616. As tropas portuguesas que fundaram Belém construíram no local um forte de madeira, originalmente chamado Forte do Presépio. A primeira reforma ocorreu em 1632, com a construção de uma edificação mais sólida, em taipa de pilão. Em 1712, o Forte foi novamente restaurado, mas já em 1832 foi desativado, por se encontrar em ruínas. No ano seguinte, passou a ser chamado de Castelo de São Jorge, em 1850, foi reconstruído por ordem imperial, estando concluído o restauro em 1868; em 1876, instalou-se aí o Arsenal de Guerra. Em 1962, é tombado pelo antigo IPHAN.

Atualmente, o Forte do Castelo está sob a responsabilidade do Exército, que o utiliza como a sede social do Círculo Militar de Belém, mantendo no local um restaurante, um bar, depósitos e um salão de festas. O monumento já sofreu diversas intervenções, com a construção de acréscimos, puxadas, galpões, quadras de esporte e vestiários, resultando na alteração total de suas linhas originais. É um dos mais procurados pontos turísticos da cidade, por sua localização privilegiada e seu sentido histórico.

OBRAS

Em fevereiro de 1980, o Forte teve parte de sua muralha destruída pela ação das marés. Na ocasião, a 1.ª DR executou obras de emergência para garantir a estabilidade da parte remanescente. Foi elaborado um projeto de reconstrução da parte afetada, cujas obras iniciais referiam-se ao levantamento plani-altimétrico total, sondagens e cálculo estrutural, entre outros. Passada essa fase, iniciaram os trabalhos da reconstrução propriamente dita;. já estão concluídos os serviços de estaqueamento e concretagem dos blocos de fundação e iniciada a montagem de formas para a concretagem da cortina. A conclusão das obras é prevista para fins de março.

Igrejas têm coberturas recuperadas

A Igreja de Santo Alexandre compõe, juntamente com o antigo Colégio dos Jesuítas, atual Palácio do Arcebispado, um dos mais antigos e significativos conjuntos arquitetônicos dentro do acervo histórico/patrimonial do Estado. Sua primitiva elevação, uma pequena ermida para São Francisco Xavier, coincide com a fundação de Belém, e foi erguida pela Companhia Missionária Jesuítica que ali se instalou. (SPHAN n.º 12, pág. 7). Apesar das reformas e acréscimos executados em 1760 e, mais tarde, em 1900, ainda apresenta quase integralmente suas características originais.

Várias obras já foram realizadas em Santo Alexandre, sendo uma das mais importantes a restauração do altar-mor e púlpitos, que haviam sido desmontados anteriormente e foram totalmente recompostos e recuperados em

1979, por técnicos da 4.ª DR da SPHAN. Em 81, a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Estado (SECDET), preocupada com a situação em que se encontrava o monumento, elaborou um projeto de restauração visando à recuperação da cobertura do templo, cujo precário estado de conservação representava uma constante ameaça à sua integridade. No final do ano, a Fundação próMemória e a SECDET assinaram um convênio para alocar os recursos financeiros necessários à realização das obras. Do valor global do projeto (Cr$ 13.323.200,00), 80% foram financiados pela próMemória e os 20% restantes, pela SECDET.

Os serviços realizados durante o ano de 82, sob a supervisão técnica da 1.ª DR, consistiram na remoção do entelhamento existente, recuperação do madeiramento e retelhamento. Também foram estabilizadas algumas vergas de vãos nas tribunas. Para a próxima etapa estão previstas a recuperação do forro, das paredes internas da nave, a revisão das instalações elétricas e a restauração da sacristia.

As Igrejas de Santo Alexandre e do Carmo e a Capela da Ordem Terceira são monumentos tombados desde 1941. Recentemente, foram concluídos os serviços de revisão da cobertura principal da Igreja do Carmo, assim como a recuperação dos beirais e colocação de calhas internas e condutores. Na Capela da Ordem Terceira, situada ao lado da igreja, foi realizada a recuperação total da cobertura, com a remoção do entalhamento, substituição de ripamento e retelhamento.

Apesar de estar ligada ao antigo Convento do Carmo, utilizado atualmente como colégio da ordem dos salesianos, a igreja apresenta alguns problemas originados pela falta de conservação e cuidados, como a crescente deterioração dos trabalhos em madeira, principalmente nas talhas dos altares, molduras e elementos decorativos em geral. A situação é mais grave na capela, pois ocorreu o desabamento de algumas partes da talha do altar.

MADRE DE DEUS

A Igreja da Madre de Deus, no Município da Vigia, um belo exemplo da arquitetura colonial jesuítica na Amazônia, teve recentemente concluídas as obras de recuperação do telhado e escoramento do forro, que encontravam-se seriamente danificados em conseqüência das mudanças bruscas de temperatura na região. As constantes chuvas e a umidade, aliadas à intervenções inadequadas executadas ao longo do tempo, acabaram por comprometer totalmente a cobertura do templo (SPHAN n.º 12, pág. 8).

Os trabalhos de recuperação da cobertura consistiram na desmontagem do telhado da nave, com a reconstrução de todas as tesouras desse trecho e novo entelhamento. Os demais telhados — consistório, altar-mor e varandas — também foram recuperados, com a substituição das peças de madeira danificadas e retelhamento total. A próxima etapa de obras prevê a recuperação do forro da nave e do altar-mor, assim como dos pisos das varandas e a revisão das instalações elétricas.

VIGIA

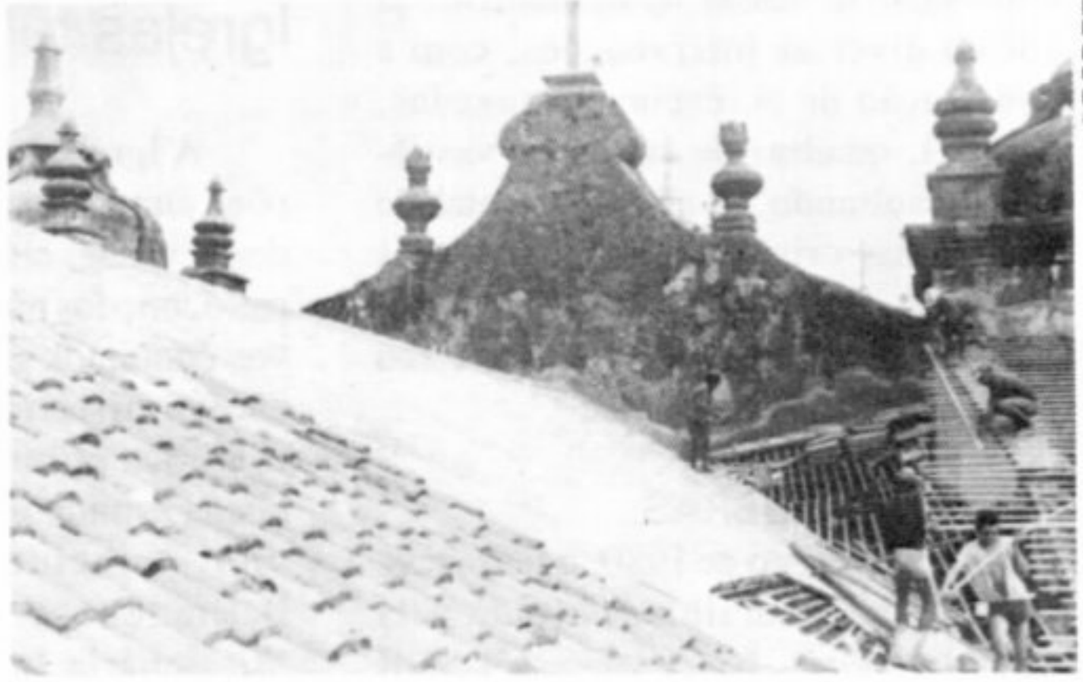
O Município de Vigia, localizado na Microrregião do Salgado, destaca-se por sua atividade pesqueira, ainda predominantemente artesanal. Uritá é o nome original do lugar, dado pelos índios Tupinambás; a denominação atual decorreu de fatos ligados à necessidade de defesa da região. No século XVIII, o governo, tendo necessidade de criar um posto alfandegário que controlasse a ação dos contrabandistas, escolheu a margem do Rio Guajará-Mirim, onde edificou um posto guarnecido de vigias de observação.

Vigia passou de edificação estratégica a povoado. Nesse período, por volta de 1731, um dos padres da Companhia de Jesus obteve, através de ato régio, permissão para construir uma casa, que depois foi transformada em templo, permanecendo até hoje como patrimônio histórico da cidade. Madre de Deus, orgulho maior dos vigienses, ainda hoje conserva suas linhas construtivas originais, bem como parte de seu acervo sacro. É monumento tombado desde 1954.



SECDET/PA

A Igreja da Madre de Deus, no Município de Vigia, teve a sua cobertura totalmente recuperada. Na foto, os trabalhos de desmontagem do telhado.



SECDET/PA

Trabalhos de recuperação do entelhamento da Igreja de Santo Alexandre, em Belém. Apesar de reformas realizadas, o templo guarda ainda, quase integralmente, suas características arquitetônicas originais.

MINAS GERAIS

Carta Geotécnica: o mapeamento de Ouro Preto está concluído

Está concluída a Carta Geotécnica de Ouro Preto, fruto da atuação conjunta da SPHAN/próMemória, Universidade Federal de Ouro Preto e Prefeitura Municipal da cidade, uma das prioridades estabelecidas por ocasião do seminário realizado há quatro anos na cidade mineira (IPHAN n.º 3, pág. 1; SPHAN n.º 8, pág 6) hoje Monumento da Humanidade, na época duramente atingida por chuvas que não somente ameaçaram importantes conjuntos arquitetônicos, como também demonstraram a fragilidade do complexo geológico que sustenta e circunda a cidade, o que motivou o levantamento.

De concepção original, (sendo que seu método de elaboração será apreciado internacionalmente, pelo fato de ter sido condensado no formato de tese a ser defendida na Universidade Nova de Lisboa por um dos engenheiros colaboradores) a Carta servirá para orientar os trabalhos de drenagem e estabilização, bem como a ocupação urbana das periferias instáveis, evitando assim futuros acidentes geológicos.



M.ª de Lourdes Castro/FNPM

Ouro Preto tem agora uma carta geotécnica para evitar acidentes geológicos.

TRÁFEGO EM OURO PRETO

Dentro do mesmo objetivo de promover ações preventivas de conservação dos núcleos históricos, a minuta da proposta de tráfego urbano em Ouro Preto elaborada pelo GEIPOT, prevista antes mesmo do seminário, (IPHAN n.º 8, pág. 3), foi entregue no início de fevereiro às entidades encarregadas de sua execução ao longo deste ano, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e a SPHAN/próMemória, representada pela sua 7.ª Diretoria Regional.



M.ª de Lourdes Castro/FNPM

O tráfego de veículos em Ouro Preto está sendo disciplinado.

As modificações no tráfego visam aliviar as ruas da cidade do trânsito de veículos, redimensionando estacionamentos e sinalização, além de proibir a circulação de veículos pesados, para evitar os danos causados pela vibração às estruturas dos edifícios.

Estão sendo desenvolvidos estudos por parte da 7.ª DR, no sentido de estender tais medidas para outras cidades históricas. A seguinte possivelmente será Mariana, seguida por Tiradentes e Diamantina.

REPRESENTAÇÃO EM DIAMANTINA

Cumprindo uma promessa feita há algum tempo (SPHAN n.º 19, pág. 13), a 7.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória abriu seu escritório de representação em Diamantina, agilizando dessa forma o trabalho de fiscalização de obras, protocolo de projetos e outros.

A representação foi instalada na Casa do Bonfim, de propriedade da SPHAN, situada na rua de mesmo nome.

Seminário Menor, em Mariana, vai ser restaurado

A Fundação Nacional próMemória e a Universidade Federal de Ouro Preto firmaram convênio com a finalidade de restaurar o edifício do Seminário Menor, em Mariana, visando à utilização de suas dependências como sede do Instituto de Arte e Cultura de UFOP. O convênio, da ordem de Cr$ 18.750.000,00, conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC e da Cúria Metropolitana de Mariana, proprietária do imóvel, e refere-se à primeira etapa do processo de recuperação do monumento.

O conjunto, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, possui grande valor por se tratar do prédio que abrigou a primeira instituição de ensino do Estado, que funcionou de 1750 até 1978. Suas obras estarão a cargo da UFOP que, dentre outras obrigações, deverá documentar os trabalhos gráfica e fotograficamente para avaliações finais, fornecer a documentação necessária à edição de publicação sobre o monumento restaurado, manter em local acessível ao público um registro didático sobre a importância histórica do monumento, zelar e manter seus 3900m² de área em perfeito estado de conservação. Do total de recursos previstos para a execução desta etapa do projeto, a Fundação Nacional próMemória participará com a importância de Cr$ 15 milhões, equivalente a 80% do valor global.

TERMO ADITIVO

A Fundação Nacional próMemória e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa — FUNDEP assinaram um termo aditivo ao contrato firmado em abril do ano passado, com a finalidade de acrescentar recursos financeiros para complementar o projeto "Elementos Artísticos — Restauração da Caixa do Órgão da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Sé de Mariana)", conforme proposta de prestação de serviços apresentada pela Universidade Federal de Minas Gerais, através da Escola de Belas Artes — Centro de Conservação e Restauração de Bens Imóveis — CECOR.



Arquivo SPHAN

O edifício do Seminário Menor, em Mariana, vai abrigar o Instituto de Arte e Cultura da UFOP. O prédio abrigou o primeiro estabelecimento de ensino de Minas.

Rede elétrica de monumentos está sendo revisada

Prevenir possíveis incêndios e posteriormente dotar os principais monumentos históricos mineiros de proteção eletrônica contra roubos. Esse é o objetivo do levantamento que a 7.ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória vem realizando, desde o ano passado, das instalações elétricas dos principais monumentos tombados do Estado, buscando traçar um quadro das condições em que se encontram as fiações e ligações elétricas dos mesmos, passo inicial para se obter uma rede confiável e apta a suportar os mecanismos de alarme.

O trabalho, tornado viável com a cessão, em agosto de 82, de um engenheiro eletricista da Universidade Federal de Minas Gerais à Fundação Nacional pró-Memória (SPHAN n.º 19, pág. 13), compreende três etapas básicas: um *diagnóstico* da rede elétrica do edifício, a partir do qual é elaborado um *projeto elétrico* de reforma, cuja *execução* se dá através de convênios com as irmandades ou prefeituras locais, conforme a disponibilidade de verbas.

Monumentos como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Sabará, e a Capela de São João, em Ouro Preto, estão sendo mapeados neste início de ano, e outros, já programados, como a Capela de Nossa Senhora dos Anjos, da Arquiconfraria de São Francisco, em Mariana e as principais residências históricas de Ouro Preto.

Janeiro/Fevereiro 1983

SPHAN 22

*pró*Memória

OPINIÃO

A Formação de Técnicos na Preservação de Bens Culturais e Sítios, no Brasil, e o ICCROM

Augusto C. da Silva Telles

A preservação dos bens de valor cultural e natural, monumentos e sítios, iniciou-se, no Brasil, com a criação, em 1937, do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Evidentemente, não pôde ele contar, nos primeiros tempos, com o auxílio de pessoal técnico especializado na matéria. Organizou-se, assim, convocando especialistas e técnicos — arquitetos, historiadores, engenheiros, artistas plásticos, professores — existentes em diferentes partes do país, interessados na análise e no estudo dos contextos históricos, culturais e sociais do passado, ou então, engajados na renovação arquitetônica e artística que, na época, se iniciava no Brasil. Da mesma forma foram sendo convocados para seus quadros, mestres de obras e profissionais de ofícios, que conheciam, ainda, as diferentes técnicas tradicionais utilizadas na arquitetura do passado. Técnicas essas que, na ocasião, ainda estavam vivas, em uso, especialmente em áreas do interior brasileiro.

Com esse corpo técnico, relativamente pouco numeroso, mas capaz, autodidata, o treinamento foi-se realizando de forma constante, através de troca de experiências, de debates permanentes quanto a critérios e métodos, da leitura da bibliografia existente, e do conhecimento direto da experiência estrangeira.

O crescimento do órgão processava-se de forma lenta; assim, os novos técnicos que nele foram ingressando ao correr desses anos, iam recebendo treinamento a partir da própria experiência do dia-a-dia, nos canteiros de obras e na elaboração de projetos, especificações e, igualmente, através do debate sobre casos concretos — análise de acertos e enganos.

Nas décadas de 60 e 70 efetivou-se no Brasil a descentralização da política de preservação dos bens culturais e naturais, através da

criação sucessiva, no âmbito dos Estados e, mesmo de alguns Municípios, de órgãos congêneres. Tal intenção já estava expressa na legislação de 1937 mas, até a época, todos os encargos oneravam, apenas, o órgão de âmbito nacional. Coincidiram tais iniciativas com uma fase de excepcional desenvolvimento da rede rodoviária por todo o território do País, da disseminação dos pólos industriais, e do desenvolvimento do turismo, principalmente do turismo interno.

A constatação da urgência da adoção de novas medidas mais flexíveis, a partir da destinação de maiores recursos, determinou a criação em 1973, de um programa interministerial, destinado ao atendimento da preservação, restauração e revalorização dos bens culturais. Tal programa, inicialmente orientado para o atendimento dos acervos culturais localizados nos Estados do nordeste, teve, em 1977 e em 1979, seu campo de ação ampliado, a fim de abranger todo o País. Criados esses novos organismos, ampliando-se as verbas destinadas à área, surgiu logo a necessidade de uma transmissão mais urgente e ampla de experiências e de conhecimentos e de treinamento de mão-de-obra técnica, para atender à elaboração de planos, de projetos arquitetônicos, de organização e de fiscalização de obras.

É bem verdade que, desde 1964, o Brasil já havia aderido ao ICCROM (Centro de Roma) e, em anos sucessivos, alguns técnicos, relativamente poucos, haviam sido encaminhados para formação no exterior: — neste citado Centro, assim como em outros, da Bélgica ou nos Estados Unidos, tanto no campo da especialização para arquitetos, como para restauração de bens móveis.

Organizou-se no Brasil em 1975, com sede em São Paulo, um primeiro curso, coordenado pelo então diretor regional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Arquiteto Luiz Saia, que o programaou a partir da transmissão direta da experiência adquirida pelos técnicos do órgão nacional; inclusive da experiência de alguns, que nele trabalharam desde a sua criação.

Esses técnicos, com maior vivência, muitos, porém, autodidatas, transmitiram sua experiência na preservação e na restauração dos bens culturais para os novos, selecionados por órgãos estaduais, ou pelo próprio órgão nacional. A transmissão se processou, principalmente, através de exposições comentadas, com auxílio de documentação fotográfica e gráfica, e com ampla discussão e crítica de êxitos e de fracassos. O curso, que teve a duração de 25 semanas, formou 30 arquitetos, provenientes de nove Estados do País. Contou com a colaboração da UNESCO, que propiciou a vinda de três técnicos — um sul-americano e dois europeus, com o fim de ampliar o campo de discussão e de análise.

Este curso não chegou a ter uma programação real de disciplinas diferenciadas, pois, como acima dissemos, funcionou, realmente, e prioritariamente, como simples transmissão de experiências.

Consolidado e em pleno funcionamento o programa interministerial de preservação dos bens culturais, denominado Programa das Cidades Históricas, exigiu, ele, a necessidade de ser dado prosseguimento à formação e ao treinamento de pessoal técnico especializado: de arquitetos, de técnicos em restauração de bens móveis e fixos ao imóvel, e de mestres de obras. Necessidade de profissionais especializados para a elaboração de projetos de conservação, de restauração, de re-utilização de bens culturais, de revitalização de centros históricos; para a organização de especificações, orçamentos, planejamento e fiscalização de obras. Tais treinamentos deveriam responder à demanda criada, tanto pela necessidade e urgência do atendimento aos bens culturais degradados, abandonados ou mal utilizados, e com risco de agressão grave pela especulação imobiliária e pelo crescimento urbano e desenvolvimento regional, quanto pela existência, agora, de maior soma de recursos destinados a esses objetivos, a essa área específica.

Para solucionar o problema da formação de arquitetos especializados na preservação de monumentos e sítios, foram organizados, nos anos de 76, de 78 e de 81/2, três cursos sucessivos. Destinavam-se eles ao treinamento de arquitetos que já trabalhavam em órgãos federais, estaduais ou municipais relacionados com a preservação de bens culturais e com o planejamento urbano que, de alguma forma, estivesse relacionado com áreas ou sítios históricos.

A orientação ficou sob a responsabilidade

do órgão nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e a coordenação coube às Escolas de Arquitetura das Universidades Federais respectivas. Os cursos foram sediados, respectivamente, em Recife-Pernambuco, em Belo Horizonte-Minas Gerais, e em Salvador-Bahia. Além das disciplinas de caráter teórico-cultural e técnicas, foi dada ênfase aos trabalhos de ateliês de projeto e ao acompanhamento em canteiros de obras.

Tiveram os cursos duração variada: 15 semanas, 26 semanas e 31 semanas, respectivamente, e atenderam a: 29 alunos de 11 Estados; 22 alunos de 6 Estados e 25 alunos de 12 Estados. Para este último curso, foram selecionados dois bolsistas estrangeiros, de países sul-americanos.

Contaram todos esses cursos, com técnicos/professores enviados pela UNESCO, que muito contribuíram para alargar o campo do conhecimento e da análise dos posicionamentos teóricos, e para o acompanhamento, a crítica e a discussão específica dos projetos e das intervenções analisadas.

Ao final de cada curso, realizava-se, pela equipe de orientação e coordenação didática, com a presença dos alunos, uma avaliação do mesmo, visando à correção de distorções, e à reorientação do curso futuro. Assim, verificou-se que, em alguns casos, o curso havia sido extremamente curto; em outros, havia sido dada uma ênfase exagerada na elaboração e, mesmo, no desenho do projeto, ou havia ocorrido falta de um maior acompanhamento em canteiro de obras. As correções e as reorientações eram perseguidas e, em parte, atendidas.

Assunto, ainda em discussão, refere-se ao cotejamento de vantagens ou desvantagens em fixar-se o treinamento em um local certo, ou continuar-se o deslocamento dos cursos, conforme vem ocorrendo até o momento.

Para a primeira hipótese, foram evidenciadas algumas vantagens, no sentido de propiciarem a organização e o equipamento adequado de ateliês e laboratórios para melhor servirem de apoio didático e de treinamento. Possível conveniência da segunda hipótese baseia-se nas grandes distâncias existentes entre os núcleos e os centros regionais do Brasil, e por isto, na conveniência de, alternadamente, serem mais bem atendidas esta ou aquela área específica. Atualmente delineia-se uma tendência para a consolidação do curso em determinado local, mesmo porque, no momento, a Escola de Arquitetura de Salvador está planejando um curso, em grau de mestrado, voltado para a área da preservação e revitalização de monumentos e sítios históricos. Apesar de este curso, pelas suas características próprias, destinar-se, mais especificamente, à formação de professores e de pesquisadores, dele decorrerá a necessidade da organização e do equipamento de laboratórios técnicos e ateliês de trabalho que poderão, assim, atender, igualmente, aos cursos de formação e de treinamento profissional.

Assunto igualmente resolvido é o de esses cursos poderem atender a profissionais oriundos dos demais países sul-americanos ou, mesmo, de países africanos de língua portuguesa. A experiência obtida neste ano foi favorável, e o custo das bolsas poderá ser incluído em seu próprio orçamento, ou vir através do programa PNUD/UNESCO-Projeto Regional.

Nas avaliações realizadas nos anos de 81 e 82, dos Cursos de Restauração de Monumentos e Conservação de Centros-Sítios Históricos que se vinham realizando em Cuzco, no Peru, desde 1975 foi constatada a necessidade de uma alteração, bastante radical na sua orientação. Verificou-se a conveniência de os cursos de formação serem mais regionalizados, tanto no sentido de uma maior aproximação com a realidade dos acervos culturais específicos, quanto para procurar-se um menor custo com deslocamentos. Assim, os cursos de formação, em nível de pós-graduação, para treinamento inicial de arquitetos especializados na preservação dos bens culturais e dos sítios históricos, seriam descentralizados por zonas de maior homogeneidade cultural. Evidentemente isto não excluiria a possibilidade da permuta de algumas vagas, com oferecimento de bolsas. Um auxílio, com a organização da troca de experiências e com o custeio de técnicos/professores estrangeiros, seria mantido pela UNESCO, ou através de seus programas regionais PNUD/UNESCO, contando-se, para isto, igualmente, com apoio de professores do corpo técnico do ICCROM, a serem por ele enviados.

O Programa Regional PNUD/UNESCO coordenaria então, periodicamente, cursos outros, já em uma segunda etapa, para profissionais já especializados, visando ao estudo e à pesquisa de assuntos temáticos, atendendo a interesses comuns para regiões mais amplas, tais como, estudos de preservação e das doenças ou deterioração dos adobes, das taipas, das pedras, das madeiras, da preservação dos danos com terremotos, de problemas estruturais, além de outros, relacionados com diferentes campos, como aqueles ligados às pinturas murais, aos afrescos, às cerâmicas, etc. Esses cursos poderiam ser organizados em centros tecnológicos ou de pesquisas já existentes, e seriam enriquecidos com a vinda de técnicos/professores do exterior, com aporte de novas experiêneicas e conhecimentos, e de novas técnicas. Logicamente, uma cooperação básica da experiência técnica do ICCROM, será, absolutamente indispensável.

De qualquer forma, tanto esses cursos temáticos quanto os de formação antes referidos, deverão se pautar, se basear, na demanda das necessidades locais, dos países integrantes, das áreas regionais, e, não, serem programados aprioristicamente, a partir de uma postura teórica, de um planejamento desvinculado das necessidades.

Seguindo-se nesta linha de raciocínio, entendemos nós, e aproveitamos esta ocasião para discutir com os colegas de outras partes do mundo a seguinte proposta: de os cursos ministrados pelo ICCROM serem transformados em cursos relacionados a uma terceira etapa de especialização. Destinar-se-iam a profissionais com experiência maior, e que já tivessem sido treinados em cursos regionais e, mesmo, temáticos. Orientar-se-iam os cursos do ICCROM para uma discussão mais ampla, em níveis mais alto, de teorias e metodologias de trabalho, tanto na preservação e restauração de bens culturais, quanto na análise, estudo e revitalização de centros históricos. Trocas de experiências seriam ministradas, analisadas e discutidas, a partir de casos ocorridos em países e em áreas diferenciadas, onde programas, técnicas, soluções diversas tenham sido utilizadas. Métodos de abordagem dos problemas seriam analisados e discutidos; soluções de intervenção, de re-utilização, de revitalização seriam colocadas e comentadas.

Apresentamos esta proposta, evidentemente, em um sentido de crítica construtiva.

Na realidade, um curso ministrado com base no acervo em Roma, na Itália, na bacia Mediterrânea, é de pouco, ou nenhum efeito e, mesmo, pode ser de efeito negativo, para um profissional oriundo dos países ditos do terceiro mundo, que possua um pequeno convívio com os bens culturais de seu país.

As realidades sócio-econômicas são totalmente diversas, o uso de metodologias mais sofisticadas por vezes, são de transferência impossível, ou não justificável, as características construtivas, arquitetônicas, estéticas diferentes.

Poderá, no entanto, ser da maior vantagem e conveniência, a realização de cursos desde que ministrados em outro patamar, com os alunos nivelados a partir de uma maior experiência concreta, visando à formação de profissionais destinados à coordenação de órgãos regionais ou nacionais de preservação de bens culturais e sítios, ou de professores formadores e orientadores de novos profissionais.

Augusto C. da Silva Telles é Diretor da Divisão de Tombamento e Conservação, da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Janeiro/Fevereiro 1983

SPHAN 22

*pró*Memória

Lapa (PR): Municipalidade elege preservação como meta prioritária

"Eu tinha essas coisas da nossa memória como a **menina dos meus olhos,** quer dizer, era a coisa que eu mais gostava e considerava como prioritária na Prefeitura". Com essas palavras o ex-Prefeito da cidade histórica da Lapa, no Paraná, Sérgio Leoni, justifica todo o trabalho realizado a favor do patrimônio histórico e arquitetônico da "Legendária", durante suas duas gestões na Prefeitura — a primeira, a partir das eleições de 1968. A conclusão das restaurações de quatro grandes monumentos da cidade — Casa de Câmara e Cadeia, Teatro São João, Casa do Coronel Lacerda e Casa Vermelha — realizadas pela 9.ª Diretoria Regional da SPHAN/prόMemória, foi bem aceita pela comunidade, fato que, segundo Sérgio Leoni, é importantíssimo porque "daqui por diante deve ser usado como um argumento para que esse trabalho continue". Sérgio Leoni falou ao SPHAN em seu primeiro dia como ex-Prefeito da Lapa.

"Talvez eu já tenha nascido com essa sensibilidade para as coisas antigas e, quando isso acontece, não se quer ver a coisa antiga se estragar, se perder". Sérgio Leoni acredita que o fato de ter sido eleito Prefeito lhe deu condições de não ser apenas um espectador, mas de poder atuar efetivamente a favor da cidade. Antes das eleições, quando ainda era candidato, há mais de 14 anos atrás, foi dado o primeiro passo: havia na cidade uma casa de pedras que ele considerava muito bonita e ia ser vendida pelos herdeiros da proprietária, que havia morrido; certamente seria derrubada, por causa de sua excelente localização comercial. "Eu procurei a família e disse que, se ganhasse as eleições, eu compraria a casa e, dessa forma, preservaria inclusive e memória de quem morou ali".

O imóvel foi comprado — "tive que pegar todo o imposto que a Prefeitura arrecadava para pagar" — e lhe foi sugerido o nome do arquiteto Cyro Correa de Oliveira Lyra como pessoa capaz de prestar uma assistência técnica ao projeto de recuperação. Foi feita a restauração; "o Cyro, naquela época Diretor do Patrimônio, arranjou uma verba; eu como Prefeito nunca tinha visto dinheiro de outros órgãos, foi uma surpresa". Nessa ocasião, um colecionador de armas da cidade, Dr. Osires Guimarães, conseguiu doações dos Ministérios da Guerra e da Marinha e enviou ao Prefeito uma carta, pedindo a formação de um museu para abrigar todo esse acervo. Foi definido, então, um uso para o prédio e, através de um comodato, a Prefeitura paga um funcionário e faz a manutenção do "Museu de Armas" até hoje.



Arquivo SPHAN

Casa do Coronel Joaquim Lacerda, um dos monumentos da cidade histórica da Lapa. Vê-se a fachada principal do conjunto, em foto de janeiro de 1981.

UTOPIA

"Era quase uma utopia a gente imaginar que o Teatro São João pudesse ser restaurado". O Teatro, uma belíssima construção do final do século passado, havia sido doado pela Câmara dos Vereadores para a Paróquia da Lapa, que ali instalou uma rádio. O prédio foi completamente alterado. Na época, segundo Leoni, aconteceu um fato

"quase histórico" para a cidade: "a Lapa fez um Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga". A rádio saiu do Teatro, foi indenizada e, através de um convênio entre a Prefeitura e o então IPHAN, executou-se a restauração, novamente sob a coordenação de Cyro C. de Oliveira Lyra.

Com relação à antiga Casa de Câmara e Cadeia (SPHAN n.º 17, pág. 26), uma completa restauração também parecia uma utopia, "porque ela estava completamente mutilada, cheia de lajes, vitrôs, e com uma escada de cimento armado". O Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, havia modificado o prédio para nele instalar a Escola Normal. Cyro Lyra e uma equipe de estudantes realizaram um levantamento arquitetônico do Teatro e da Casa de Câmara e Cadeia. Em sua primeira gestão, Leoni fez algumas tentativas de obter recursos, através do Estado, para empreender as recuperações dos dois monumentos. A partir da restauração do Teatro, "o trabalho do Cyro deu condições para que o mesmo acontecesse na Casa de Câmara, também com recursos exclusivamente do IPHAN, porque a Prefeitura era tão pobre que a gente se limitava a fazer aquilo que era mais urgente"

Ninguém na cidade aceitava a idéia de se tirar uma escola de um prédio e restaurá-lo, então a Prefeitura teve que lutar para construir um outro colégio. O problema foi resolvido porque, na época, implantava-se a reforma do ensino, e uma parte dos alunos do ginásio foi para o novo colégio, enquanto que a Escola Normal foi transferida para o Colégio Estadual. "O Governo do Estado ajudou, porque era interesse que se fizesse a reforma", de acordo com o ex-Prefeito.

Desde que seu pai foi Prefeito, há mais de vinte anos atrás, Leoni sabia da importância, "pelo menos, do Teatro e da Casa de Câmara; sabia que, por trás do valor arquitetônico, também existia uma história". Procurou, desde então, ler tudo o que dissesse respeito a Lapa, sobre a vida dos vultos lapeanos. "Fui aprendendo coisas que nunca me ensinaram, que a Lapa tem seu valor cultural muito grande". Talvez no Paraná, segundo Leoni, seja a cidade que tem o maior acervo cultural, onde ainda se tem nítida a influência do imigrante e até do negro. Perto da cidade existe, ainda hoje, quase um quilombo.

O Teatro e a Casa de Câmara e Cadeia são os últimos remanescentes desse tipo de construção no Paraná inteiro. Sabedor desses detalhes, Leoni, há cerca de 20 atrás, procurou o então Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dr. Renato Soeiro, que visitava Curitiba, levando fotografias dos dois monumentos. "Nessas coisas do Patrimônio tudo é assim, se faz ao longo do tempo, não tem importância que demorem, mas que não se percam". Mais tarde, a visita do arquiteto Luís Saia, então Diretor Regional do IPHAN, trazido à Lapa por Cyro Lyra — "Saia entrou no Teatro, olhou e disse: 'Isto tem que ser salvo pelo gongo' "— foi o passo inicial para que as duas restaurações se concretizassem.

Um episódio interessante aconteceu em consequência da recuperação da Casa de Câmara e Cadeia. Antes de funcionar como Escola, o prédio abrigava o acervo do Professor David Carneiro. Em 1944, por ocasião do 50.º aniversário do Cerco da Lapa, David Carneiro criou e instalou no local o Museu da Revolução Federalista. Como poucas pessoas vinham à Lapa nessa época, e os habitantes da cidade já conheciam o Museu, a frequência foi diminuindo cada vez mais. A Prefeitura desinteressou-se pela sua conservação, o Museu foi abandonado e algumas peças, roubadas. O Prof. Carneiro levou todo o acervo de volta para sua casa, em Curitiba. "A cidade, ao invés de aparar as arestas com ele, superar o problema", segundo Leoni, "ainda assistiu alguns vereadores mudarem o nome de uma alameda, que tinha o nome do pai dele". Indignado, Carneiro escreveu num jornal de Curitiba que o Museu jamais voltaria à Lapa.

Para o 75.º aniversário do Cerco, em 1969, foi criada uma Comissão de Comemorações, presidida por Sérgio Leoni, já como Prefeito eleito. Leoni foi pessoalmente falar com o Prof. David para que voltasse à Lapa, no que foi atendido; "fui arrumando as coisas devagar, dialogando, ele foi vendo que já existia outra mentalidade, até que publicou no jornal que o Museu era da Lapa e que voltava para lá". O Prof. David Carneiro escreveu a única obra que existe no Paraná, disponível para a venda, sobre a história do Estado — *O Paraná e a Revolução Federalista de 1894* — relançado em fevereiro passado.

CONTINUIDADE

Elaborado em 1979 por uma equipe coordenada pelo arquiteto Cyro de Oliveira Lyra (SPHAN n.º 14, pág. 18), o Plano Diretor "talvez tenha sido o melhor passo que a Prefeitura deu", porque, transformado em lei, estabeleceu condições para eventuais alterações no centro histórico. Leoni se mostrava preocupado com a continuidade de todo esse trabalho sobre a preservação da área central, "porque, se nós tivéssemos ganho as eleições, daqui a seis anos o centro todo estaria restaurado", pois segundo ele, "agora as coisas iam ficar mais fáceis, as obras caras já estão prontas, só faltam os entornos, o que seria relativamente barato e poderia ser feito com recursos da própria Prefeitura."

A partir do Plano, alguns proprietários de casas antigas procuraram a Prefeitura para reformar suas casas; um banco foi construído com um projeto que teve que passar pela Prefeitura; para Leoni, exemplos como esses são conseqüência de uma maior conscientização da população, que hoje já "não se mostra tão apática, já comenta, já discute". Foi, inclusive, criada uma lei, em sua gestão, autorizando o Município a participar financeiramente das reformas em casas particulares antigas, "já que a maioria das famílias é de poucos recursos", e dando isenção de impostos.

No último aniversário da cidade, a Prefeitura lançou um concurso cujo tema era Patrimônio Histórico da Lapa. "Houve muitos trabalhos bons, é preciso levar isso para dentro das escolas" O setor do patrimônio foi o que mais satisfez Sérgio Leoni em seus dez anos de Prefeitura, "fico satisfeito de ver que as coisas que eu sonhei aconteceram, — dois nomes precisam ser sempre reconhecidos, o de Ney Braga e

o de Aloísio Magalhães — então, houve sempre muita receptividade a esse trabalho, as dificuldades foram apenas financeiras, e essas existem em qualquer administração''.

A par da parte física, durante as duas gestões de Leoni, se conseguiu também reunir um importante acervo documental sobre a cidade, como a primeira Carta de Sesmaria, perdida há mais de 100 anos, todo o material sobre a Casa de Câmara e Cadeia, plantas, desenhos, etc. ''Eu gostaria que o que aconteceu na Lapa pudesse acontecer no restante do país, que todas as cidades tomassem iniciativas como essas, se conscientizassem do valor que tem seus bens culturais. Como será daqui a 10, 20, 30 anos, será que essas coisas vão continuar? A Lapa pode servir de exemplo''

Casa doada à próMemória é restaurada

Arquivo SPHAN



Casa do Coronel Joaquim Lacerda, doada à Fundação Nacional próMemória. Interior, salão nobre. Foto de janeiro de 1981.

Está finalmente concluída a restauração da Casa do Coronel Joaquim de Lacerda, um dos primeiros monumentos históricos tombados pela União (em fevereiro de 1938, pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e primeiro bem imóvel particular doado à Fundação Nacional próMemória (SPHAN n.º 16, página 15), após uma série de serviços imprevistos que foram sendo detectados ao longo do restauro, obrigando a um redimensionamento dos custos e do prazo anteriormente traçados.

Situada na histórica cidade da Lapa (PR), a casa consumiu recursos da ordem de Cr$ 2 milhões e 700 mil, em um ano de trabalhos a cargo da Fundação, conforme o desejo da família Brito de Lacerda, expresso na escritura de doação. A Fundação Nacional próMemória responsabilizou-se ainda pela conservação do conjunto histórico-artístico compreendido pela casa e todos os seus móveis e demais objetos, também doados, e pela sua destinação cultural, convertendo-a, a partir do término da recuperação, em museu demonstrativo do modo de vida de uma família classe-média paranaense nos últimos 130 anos.

A Casa dos Lacerda é um edifício de um pavimento com aproximadamente 500m² divididos em 18 cômodos e três corredores, de linhas neoclássicas, com portas e janelas emolduradas, cornija e telhado terminando em beiral decorado, e foi construída entre 1842 e 1845, em alvenaria de pedra. As obras, supervisionadas pela 9.ª Diretoria Regional, constaram de reformas profundas no teto, estrutura e acabamento.

Num primeiro momento, tratou-se de garantir os suportes da cobertura, cujo estado precário ameaçava a estabilidade da construção, através da substituição da tesoura de madeira existente junto ao oitão por uma viga e três colunas de concreto, viga que precisou ser prolongada, mais tarde, pela fachada e parede posterior. Com a estrutura foram trocados também o ripamento e as escoras do telhado, 80% das telhas e seus condutores. Além do trabalho programado, foi necessária ainda a substituição de 300m² de apoios e tabulamento do forro, a renovação de 186m² do piso de madeira, o nivelamento de toda a superfície extèrna do prédio, para que este pudesse receber a nova pintura, interna e externa, e a substituição total do beiral da fachada posterior, ao invés dos 50% previstos. Durante as obras, constatou-se que a porta de acesso ao avarandado, construído em 1926 e que teve de ser posto abaixo mesmo antes da doação, era na realidade uma janela, que foi recomposta dentro do estilo das demais.

Durante a reforma foram tomados cuidados especiais com os objetos pertencentes à casa, muitos de grande valor histórico. Em meio a louças, espelhos, mobílias de quarto, fotos antigas dos Lacerda e outros móveis de menor importância, destacam-se o jogo de sala austríaco ''Fischel'' do começo do século, e um fonógrafo ''Víctor'', americano, que funciona perfeitamente desde 1927; nas obras artísticas, temos uma pintura a óleo portuguesa do começo do século XIX, retratando o Coronel Joaquim Lacerda, e a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Conta a lenda que em 1875 a estatueta barroca de Nossa Senhora, esculpida no século XVIII e pertencente à Igreja Matriz da Lapa, foi surpreendida com seu séquito por fortes chuvas, durante uma procissão, sendo levada para o abrigo da casa. Como novas pancadas desabassem, nas duas tentativas de retorno com ela à rua, o vigário achou que a santa ''queria'' ficar, passando para a posse da família Lacerda desde então.

Um último objeto, representativo do acervo do futuro museu, é o carrilhão de procedência européia que marcou a hora da capitulação da praça na revolução de 1893/94, assinada ali mesmo, na casa do então chefe civil da resistência, Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda, (que pela sua atuação ganhou o título de Coronel Honorário do Exército Paranaense), no episódio que marcou o passado lapeano e deu significado histórico à casa.

Convênio BNH/próMemória: Núcleos históricos serão revitalizados

O estabelecimento de bases de cooperação técnica entre o Ministério do Interior, o Ministério da Educação e Cultura, a Fundação próMemória e o Banco Nacional da Habitação, através da promoção e realização de programas conjuntos na área da preservação e revitalização de núcleos históricos brasileiros, é o objetivo do acordo assinado, em fevereiro passado, entre os Ministros Mário Andreazza e Esther de Figueiredo Ferraz, o Secretário da Cultura e presidente da Fundação Nacional próMemória, Marcos Vinícios Vilaça, e o Gerente da Carteira de Erradicação de Sub-Habitação e Emergências Sociais do BNH, Gustavo Heck.

A assinatura do acordo, segundo o Secretário da Cultura, Marcos Vilaça, "marca o início de uma nova etapa na trajetória do organismo encarregado da preservação do patrimônio cultural do país" porque, se no início a preservação se fazia apenas a nível do monumento isolado e, mais tarde, continuou-se restaurando o imóvel isolado, mas com a preocupação de para ele estabelecer um uso social, quase sempre um serviço público de caráter cultural, vinculado a entidades governamentais, "daqui para a frente, com a perspectiva de trabalho conjunto com o BNH e o CNDU — Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — ao lado de entidades estaduais e municipais, a Fundação próMemória vê a oportunidade de intervir nos núcleos históricos de forma mais abrangente, extrapolando sua ação além do edifício; agora é o seu entorno, que se configura na paisagem que o cerca, conformada pelos elementos que compõem a dinâmica urbana — população, moradia, abastecimento, trabalho, educação, saúde, circulação, lazer, etc". Dessa forma, patrimônio cultural deve ser entendido como: patrimônio arquitetônico, patrimônio ambiental, o homem e seu fazer e o homem e seu viver.

Para a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, "é indiscutível tratar-se de uma iniciativa justa e oportuna, pois busca de uma forma muito específica, ou seja, recuperando e protegendo o patrimônio histórico nacional, retribuir aos moradores locais os esforços por eles empreendidos na manutenção da vida ali existente, preservando o legado das gerações passadas". O Ministro do Interior, Mário Andreazza, em seu discurso durante a solenidade de assinatura do acordo, salientou que "desenvolvimento urbano não é apenas a ação voltada para a construção de novos bairros, abertura de ruas e avenidas. Desenvolvimento urbano constitui desafio à adequada preservação e utilização de unidades de núcleos habitacionais de valor histórico, que o processo de valorização acentuada muitas vezes coloca em risco".

As atividades de cooperação técnica de que trata o acordo abrangem, prioritariamente, três grandes ações. Primeiro, a realização de projetos-piloto de recuperação e revitalização de núcleos históricos habitacionais, visando à atuação na área da preservação, compreendendo várias atividades, como a realização de pesquisas para cadastramento e identificação dos núcleos históricos prioritários; o levantamento e análise de informações físicas, sócio-econômicas, políticas, jurídicas e administrativas dos núcleos selecionados; a preparação das comunidades dos núcleos selecionados para participarem diretamente na melhoria de seu quadro de vida e na preservação do patrimônio histórico e artístico, como agentes do processo; a definição e geração de procedimentos legais para regularização dos imóveis; e a execução das obras de restauração e recuperação dos imóveis integrantes desses núcleos.

A segunda ação compõe-se do estudo das possibilidades de modificação do aparato institucional do BNH, adaptando-o às peculiaridades da atividade de preservação e, por último, a integração das ações setoriais nos núcleos históricos através da inclusão dos sítios históricos nos programas de desenvolvimento urbano. Tais objetivos são resultado dos estudos desenvolvidos no âmbito da SPHAN/próMemória, que conduziram à conclusão de que a busca de soluções para a problemática habitacional em núcleos históricos significa, a um só tempo, financiar e restaurar imóveis de uso habitacional — o estoque já existente — em áreas já atendidas por serviços públicos e infra-estrutura, tornando mais barata a revitalização de áreas históricas, do que a construção de novos conjuntos habitacionais.

Significa, também, restaurar e preservar conjuntos de imóveis de valor cultural, histórico, artístico e ambiental, com usos e funções diversas, garantindo-lhes a vitalidade necessária à sua integração na cidade como um todo; restaurar os imóveis e manter a população residente, concorrendo para a redução nos custos sociais, decorrentes de remoções; e restaurar e reativar imóveis desocupados ou sub-utilizados, elevando o volume de oferta de habitação

NÚCLEOS HISTÓRICOS

A proposta elaborada pelos técnicos da SPHAN/próMemória, para aplicação dos recursos financeiros do BNH na revitalização de núcleos históricos, agora celebrada em convênio, constata a existência de 65 núcleos, em sua maioria bastante deteriorados. Entre as causas determinantes dessa deterioração, destacam-se o descaso e o abandono a que são legados, não só pelos proprietários dos imóveis como também pela administração pública.

Transformados em cortiços, em sua maioria, os imóveis residenciais são ocupados por uma população que vivencia os mais baixos padrões de qualidade de vida. No entanto, esta população e as atividades por ela desenvolvidas, fizeram com que esse patrimônio fosse preservado até agora. A intervenção que se verificará nos núcleos históricos significará a melhoria dos padrões de vida dos moradores e, em particular, de habitabilidade dos prédios por eles ocupados. Em conseqüência, serão incentivadas as atividades produtivas, com a instalação ou reinstalação de equipamentos comunitários e a melhoria dos serviços urbanos.

Janeiro/Fevereiro 1983

SPHAN 22

*pró*Memória

Igrejas de Recife são inauguradas e devolvidas às suas Irmandades

As igrejas Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio e do Divino Espírito Santo do Recife (PE), foram devolvidas às respectivas Irmandades, após conclusão de suas obras de restauração, no dia 25 de fevereiro último, em solenidade que contou com a participação do Secretário da Cultura, Marcos Vinícios Vilaça, do Subsecretário da SPHAN Irapoan C. de Lyra, do Diretor de Tombamento e Conservação, Augusto da Silva Telles, além de autoridades locais, como o Secretário da Cultura do Estado de Pernambuco, Francisco B. de Mello e do Senador Marco Maciel.

Dentro da programação da cerimônia, os presentes realizaram uma rápida visita pelos dois monumentos, quando foram descerradas as placas alusivas ao fato. Na ocasião, oficializou-se a entrega das igrejas através da assinatura dos termos de compromisso entre as Irmandades e a SPHAN/pró-Memória, em que estas se comprometem a zelar pela conservação dos respectivos imóveis, nas condições em que foram recebidos, enquanto a SPHAN fica responsável pela fiscalização dos monumentos e apoio técnico às obras que venham a ser necessárias no futuro.

Em seguida foi rezada missa festiva na Matriz do Santíssimo Sacramento, sendo que, no dia 27, foi a vez da Igreja do Divino Espírito Santo rezar sua missa solene, em comemoração.

Ambas as igrejas passaram por um profundo trabalho de restauração executado por José Ferrão Castelo Branco, da 4.ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória, sob a coordenação do seu diretor, Ayrton de Almeida Carvalho, trabalho esse iniciado, nos dois casos em 1975, consumindo nestes sete anos grandes parcelas de recursos.

A Matriz de Santo Antônio teve o telhado substituído, além de ser reformada na parte elétrica e em todo o seu acabamento, que por sua vez, no decorrer das obras, passou por um interessante imprevisto: foi descoberta e restaurada a pintura artística original do forro, oculta por sucessivas camadas de tinta, que foram removidas com o uso de bisturi (já que não havia condições para o uso de solventes químicos). Uma descrição mais detalhada, juntamente com o histórico do monumento, poderão ser encontrados no Boletim SPHAN n.º 19, pág. 19.

A IGREJA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Esta igreja do século XVII, inscrita no Livro de Tombo de História a 7 de dezembro de 1972, localiza-se em frente a Praça 17, na Ilha de Antônio Vaz, formada pelos Rios Beberibe e Capibaribe, região onde se concentram muitos dos monumentos da cidade, lado a lado com o centro financeiro e com o mais denso comércio de Recife.

Trata-se de uma das igrejas de mais movimentada história entre suas congêneres pernambucanas. Foi erigida, juntamente com um colégio, pelos jesuítas, após autorização de D. João VI, através de Ordem Régia de abril de 1655, no local onde existiu um templo calvinista construído pelos franceses em 1642.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a igreja foi entregue a Irmandade de São João Batista dos Militares, que inepta e descuidada, deixou-a cair em abandono. Tropas do Governador-Geral Luis do Rego, enviadas para combater na Insurreição de 1817, chegaram ao extremo de utilizar o templo como cavalariça. É dessa época o desaparecimento da imagem de Nossa Senhora do Ó, então padroeira da igreja. Deram-lhe, posteriormente, os mais diversos usos: foi casa de vacina, escola pública, sede de representações teatrais.

Conta Charles Waterton, que visitou o Recife em princípio do século XIX, que na Igreja do Divino Espírito Santo era recolhido, todas as noites, o



Fernando Bizerra

Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, uma das igrejas inauguradas. Sua restauração foi iniciada em junho de 1975.

elefante de um primitivo circo, armado na cidade. Diz o viajante:

''A mão arbitrária do poder em uma noite destruiu e expulsou a ciência, a que sucederam as baixas chocarrices vulgares de um saltimbanco. Virgílio e Cícero cederam lugar a um animal selvagem de Angola e agora guarda a mesma porta onde outrora os pobres eram diariamente alimentados.''

Reconciliada, foi novamente sagrada pelo Bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, em setembro de 1855, sob a invocação do Divino Espírito Santo.

Arquitetonicamente falando, este monumento construído por Antônio Fernandes de Matos trazia em si as cicratizes do mau uso e da reforma descaracterizadora que atravessou em meados do século XIX, quando foram introduzidos ornatos diversos de seu estilo jesuítico na capela-mor e nos altares, bem como coxias em madeira, ao gosto do Império. Há indícios de que a igreja teria sido construída originalmente com uma galilé de cinco arcos, três na frente e dois laterais, de onde se entrava para a nave pelas três portas que hoje são as exteriores. Tal frontaria porticada foi demolida em 1823 porque ''ameaçava ruína'', e porque ''era preciso para se conseguir a beleza do pátio'', segundo ofício da época.

O trabalho de restauração, interno e externo, recompôs o templo em sua antiga dignidade e características. As obras deram-se em duas etapas: uma primeira, de emergência, levada pelo então 1.º Distrito do IPHAN a partir de 1975, evitou que a construção se perdesse devido ao desmoronamento da cobertura da nave, que levou consigo a cobertura e piso da galeria do lado da Epístola, danificando, igualmente, todo o coro. A cobertura foi substituída por uma estrutura de concreto armado com o respectivo entelhamento. Após a estabilização das estruturas, seguiram-se a reconstrução do coro, também em lages de concreto armado; a da cobertura e piso lateral (lado do Evangelho); restabelecimento do aspecto original das ilhargas da nave, além da remoção dos elementos de madeira, dos altares laterais, colaterais e do altar-mor; fixação dos ornamentos da capela-mor; reforma da rede elétrica; revisão da estrutura de madeira do consistório e galerias, com a fixação de reforços de ferro; e obras de acabamento geral.



Fernando Bizerra

A Igreja do Divino Espírito Santo, monumento tido como descaracterizado, voltou a ter, após as obras de restauração que sofreu, suas principais características seiscentistas.

No passado de uma igreja, as estórias de uma cidade

Os habitantes do velho Recife, até a segunda década deste século, recordam-se de um dos serviços mais pitorescos e, porque não dizer, coloridos, em uso na cidade: o telégrafo ótico.

Situado na mais alta torre da Igreja do Divino Espírito Santo, o telégrafo consistia de um mastro, com uma verga cruzada, em que subiam coloridas bandeiras, avisando a população da aproximação de navios — a princípio, lentos veleiros bordejando, às vezes, para alcançar a Barra Grande; outras vezes, paquetes e cargueiros, vindos do norte, do sul, da Europa, Estados Unidos e, mesmo, de mais longe, dos Mares da China.

As bandeiras subiam e iam, a proporção que os navios se aproximavam, dando maiores detalhes: navio à vista, paquete, inglês, mala real, orania, etc.

Esse telégrafo ótico, de saudosa memória para os que o conheceram, era uma das atrações daquele tempo. Muita gente subia os íngremes degraus que davam acesso a torre, para contemplar a cidade do alto. O mar, as colinas do Cabo de Santo Agostinho, ao sul; Olinda, ao norte, eram vistos através do possante óculo-de-alcance, de que se serviam os encarregados do telégrafo ótico, em suas tarefas de vigiar o mar, personagem fundamental na vida do Recife de então. Era do mar que vinham as mercadorias, os alimentos, os livros e jornais.

Janeiro/Fevereiro 1983

SPHAN 22

*pró*Memória

Igreja de N.S. da Conceição de Almofala (CE) será recuperada

A primeira etapa das obras de recuperação da Igreja de N.S. da Conceição de Almofala, no Município de Acaraú (CE), realizadas pela 3.ª Diretoria Regional da SPHAN/prόMemoria, encontra-se em sua fase inicial. Tombado pela SPHAN em 1980, ''o edifício é um exemplo muito característico do barroco latino-americano pela simbiose de detalhes eruditos — como o desenho da torre — com arremates de feitura popular — como as volutas rampantes do frontão'', segundo o arquiteto Cyro Correa de Oliveira Lira (SPHAN n.º 5, pág. 6).

Originalmente erigida em taipa e coberta de palha, a atual edificação tem origem desconhecida, devido à impossibilidade de consulta nos livros da Irmandade, ''velhos e bolorentos alfarrábios de folhas laceradas'', no dizer do historiador, Pe. Antonio Tomás. Situado em um antigo aldeamento dos Índios Tremembés, o templo, fundado em princípios do século XVIII, tem sua história marcada por um fato extraordinário.

No final do século passado, arremessadas por ventos incessantes, dunas de areia começaram a soterrar o antigo povoado indígena. Em sua monografia ''Almofala'', uma das únicas fontes de documentação histórica sobre a região, o vigário da paróquia, Pe. Antônio Tomás, constatava que, por volta de 1898, o morro de areia já atingia a capela do povoado. As imagens foram retiradas, contra a vontade da população local, e pouco a pouco a areia, infiltrando-se pelo telhado, foi se acumulando no interior do templo e no seu exterior, fazendo-o desaparecer em seguida. Dentro de pouco tempo, várias casas haviam sido soterradas e da igreja restava apenas ''a cruz de ferro da torre sineira, como espetada no cocuruto da duna vencedora''

A antiga edificação reapareceu depois de 45 anos, em conseqüência de uma nova mudança no regime dos ventos; seu interior encontrava-se arrasado e elementos da coberta, soterrados. Alguns anos mais tarde a população, conclamada pelo vigário, num esforço conjugado, concluiu a recuperação do templo. A reforma, embora representasse uma resposta imediata à ação da natureza, modificaria em parte a volumetria da igreja, com a elevação das paredes da nave, utilizando-se tesouras modernas tipo paladio, e a inserção de elementos de concreto no seu interior.

RECUPERAÇÃO

A comunidade de Almofala, a exemplo do que ocorreu há 40 anos atrás, tem-se mobilizado no sentido de contribuir para a recuperação do templo. Pesquisa fotográfica realizada nos arquivos da SPHAN em São Paulo e no Rio de Janeiro, em fotos que se presume serem anteriores ao soterramento e logo após o mesmo, permitiu definir alternativas para a intervenção, especialmente no que se refere à estrutura da coberta e beirais.

A pesquisa em fotos antigas permitirá, ainda, a identificação de duas imagens pertencentes à paróquia, que teriam sido retiradas e levadas para o Museu Diocesano de Sobral e lá estariam sem indicação de procedência. Os contatos mantidos pela 3.ª DR indicaram, também, a possível existência de telhas de 65 a 70 cm de comprimento, do telhado original da igreja, que teriam sido aplicadas em casas de fazenda nas proximidades de Almofala, antes do soterramento. Algumas dessas telhas já estão com a 3.ª DR, que pesquisa, atualmente, a existência de um maior número delas.

A primeira etapa de obras da Igreja de N.S. da Conceição refere-se à prospecção, demolição do reboco, demolição da cobertura da nave e capela-mor, execução do madeiramento e telhamento da cobertura, imunização do madeiramento, execução do reboco, do tabuado do coro e das esquadrias, além de pintura. A segunda etapa de obras, prevista ainda para este ano, deverá complementar os serviços da igreja e promover o agenciamento da praça fronteira ao templo.



Domingos Linheiros/FNPM

Os trabalhos de restauração da Igreja de N.S. da Conceição de Almofala já tiveram início e envolvem entre outros, a prospecção do templo.

MUSEU IMPERIAL: 40 ANOS DE INAUGURAÇÃO

O Museu Imperial de Petrópolis (RJ), atualmente vinculado à Fundação Nacional próMemória (SPHAN n.º 20, pág. 7), comemora, no dia 16 de março, 40 anos de inauguração. Criado em 1940, através de decreto-lei do Presidente Getúlio Vargas, o Museu funciona na antiga residência do Imperador Pedro II e abriga, hoje, um dos mais importantes acervos sobre a História do Brasil, especialmente do 1.º e 2.º Reinados.

Para comemorar os 40 anos de inauguração, o Museu Imperial programou uma série de atividades, entre as quais destacam-se o Projeto Férias — "Uma tarde com as Princesas", a abertura da exposição "Museu Imperial — 40 anos" e o "Seminário sobre Uso Educacional de Museus e Monumentos".

O Projeto Férias — "Uma tarde com as Princesas", iniciado em fevereiro, é aberto a crianças de orfanatos da comunidade. "Uma tarde com as Princesas" é uma apresentação, em forma de teatro, do dia-a-dia das Princesas D. Isabel e D. Leopoldina no Palácio Imperial, com atores vestidos com roupas típicas da época.

A exposição "Museu Imperial — 40 anos" será aberta no dia 16 de março, abrangendo a formação do Museu desde a inauguração até os dias de hoje, em toda a sua estrutura física. Na mesma ocasião, que contará com a presença da Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, serão lançados o carimbo e a medalha comemorativos, será celebrada uma missa em Ação de Graças, na Sala de Estado do Palácio Imperial e haverá a abertura do concurso de monografia "O Palácio de D. Pedro II em Petrópolis — sua Arquitetura e sua História".

O Seminário "Uso Educacional de Museus e Monumentos", que se realizará de 4 a 9 de julho, tem como principal objetivo proporcionar aos participantes uma investigação dos aspectos educacionais e interpretativos decorrentes da visita, exame e exploração dos monumentos históricos, artísticos, tecnológicos ou paisagísticos e sua inter-relação com os acervos dos museus, galerias, arquivos e bibliotecas.

Também estão programadas as exposições: "Um Fotógrafo do Império", "D. Pedro II pela Imagem" e "140.º Aniversário do Casamento de D. Pedro II e D. Teresa Cristina".



Arquivo MHN

O Presidente da República Getúlio Vargas e o Diretor do Museu Imperial, na inauguração do dia 16 de março de 1943.

LEVANTAMENTO DOS DISCOS BRASILEIROS EM 78 RPM É PUBLICADA PELA FUNARTE

Um levantamento completo de cerca dos 35 mil discos em 78 rotações gravados no Brasil, a "Discografia Brasileira em 78 Rotações por Minuto", foi lançado no início de fevereiro pela Funarte, numa edição limitada de 200 exemplares.

Fruto de uma pesquisa de 10 anos, a Discografia traz as referências completas de cada disco: número do catálogo, título, intérprete, acompanhantes, data de gravação e lançamento, além de textos históricos sobre cada fase, cada gravadora, pseudônimos e curiosidades, dessa modalidade de gravação adotada no Brasil de 1902 a 1964.

Muitos colaboradores participaram do trabalho, destacando-se os quatro principais, Jairo Severiano, Alcino Santos, Grácio Barbalho e M. A. de Azevedo (Nirez), membros da Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. A edição, considerada como um "ponto de partida" pelos seus autores, no sentido de atingir ao grande público, será em parte distribuída às entidades culturais do país.

OBRAS DE ALOÍSIO MAGALHÃES SERÃO EXIBIDAS EM 14 CIDADES DURANTE O ANO

O Cartema, linguagem concebida por Aloísio Magalhães, e que consiste na justaposição ou combinação de cartões postais iguais, que amplia a visão que se tem da fotografia, apresentando-a não como produto final, mas sim um suporte para novas criações, é o tema da mostra que o núcleo de fotografia da Funarte pretende levar para todo o Brasil este ano, dentro do "Projeto Itinerância".

A exposição "Cartemas: a Fotografia como Suporte de Criação" reúne 20 trabalhos do artista de 1972 a 1980, abrangendo as séries "Brasileira", "Internacional" e "Preto e Branco" (inédita).

Recife, cidade natal do ex-Secretário da Cultura do MEC, foi a primeira a receber a mostra, que até dezembro visitará mais 13 capitais.

SPHAN 22
*pró*Memória

pró MEMÓRIA ASSUME OS MUSEUS DA FUNDAÇÃO RAYMUNDO CASTRO MAYA

Com a assinatura dos regimentos internos dos Museus da Chácara do Céu e da Casa da Estrada do Açude, no dia 11 de janeiro último, a Fundação Nacional próMemória assumiu oficialmente a administração do acervo da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya, conforme decisão de seus Conselhos Curador e Administrativo, homologado pela Curadoria de Fundações da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (SPHAN n.º 21, pág. 15).

A solenidade de assinatura dos regimentos internos dos Museus, realizada nas dependências da Chácara do Céu, em Santa Tereza, foi presidida pelo Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, que, na ocasião, anunciou a restauração do Museu do Açude, no Alto da Boa Vista, fechado há cerca de 10 anos. O término das obras está previsto para 1984.

Os regimentos internos foram assinados na biblioteca do Museu da Chácara do Céu. O Secretário da Cultura do MEC convidou para rubricar os documentos Solange Magalhães, viúva do ex-Secretário Aloísio Magalhães, o empresário Jayme Bastian Pinto, designado para a vice-presidência do Conselho Consultivo dos Museus, e o jornalista Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo.

Em seguida, Marcos Vilaça anunciou os nomes que comporão o Conselho Consultivo dos Museus, a ser presidido pelo empresário Márcio Fortes: Cândido Guinle de Paula Machado, Gilberto Chateaubriand, Gilberto Ferrez, Joaquim de Arruda Falcão, Alcídio Mafra, João Geraldo Piquet Carneiro, Lélia Gontijo Soares, Marcílio Marques Moreira, Maria do Carmo Mello Franco Nabuco, Augusto Silva Telles, Maria Nazareth Pereira da Silva Costa, Octávio Pereira da Costa, Roberto Ireneu Marinho, Luís Paulo Horta e Miguel Ethel Sobrinho.

Em seu discurso, o Secretário disse que a transferência dos Museus da Castro Maya para a esfera da Fundação próMemória "é extremamente importante para a cultura brasileira e revela a ação do setor privado em serviço da comunidade".

O acervo do Museu do Açude reúne peças de importância artística, histórica e documental sobre o Brasil dos séculos XVIII e XIX, em especial o Rio de Janeiro. Há telas a óleos de Frans Post, João Francisco Muzzi, Velasco, N.A. Taunay, Monviosin, Bertichem e Facchinetti; porcelanas da Companhia das Índias; 432 obras de arte sobre papel (gravuras, desenhos, aquarelas e guaches); e ainda a famosa coleção de 490 aquarelas e 66 desenhos de Jean Baptiste Debret, entre outras peças.

No Museu da Chácara do Céu — antiga residência de Castro Maya —, há obras de arte em todos os cômodos. Entre os quadros de pintores modernos, destacam-se os de Marcoussis, Picasso e Metzinger, além de esculturas de Bruno Giorgi e Mário Cravo.

SPHAN TOMBA MONTE SANTO, MARCO DA GUERRA DE CANUDOS

Diretamente ligado à história da Guerra de Canudos — lá se abrigaram, em 1789, as tropas do então Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, para o assalto final contra Antônio Conselheiro e seus seguidores — o Monte Santo, a 400 quilômetros de Salvador, próximo a Canudos, é, desde o dia 24 de janeiro último, patrimônio histórico nacional. O tombamento foi aprovado em reunião do Conselho Consultivo da SPHAN, sendo relator do processo o historiador baiano Pedro Calmon.

Monte Santo (também conhecido como Santuário de Santa Cruz), imenso bloco de quartzo com mais de 1900 metros de extensão, é o segundo "sacrimonte" (monte sacro) reconhecido no Brasil. Antes dele foi tombado, há mais de 40 anos, o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG).

O tombamento do Santuário de Santa Cruz abrange toda a Serra de Piquaraçá, a partir da cota 500, incluindo a Rua Senhor dos Passos, onde se inicia a via sacra, na qual há 25 capelas edificadas, que abrigam imagens de grande devoção popular, quadros que se referem às dores de Nossa Senhora e ao Martírio de Jesus e uma coleção de ex-votos, oferecidos pelos peregrinos durante quase 200 anos. A Serra de Piquaraçá foi batizada, em 1785, com o nome de Monte Santo pelo capuchinho italiano Frei Apolônio de Todi, e é uma das mais extensas vias-sacras de que se tem conhecimento, com cerca de dois quilômetros de subida.

O caminho da serra, de largura variável, é definido por muretas de pedra seca. No começo é pavimentado com pedras irregulares mas, ao atingir o espigão da serra, seu piso é o próprio quartzo aflorado. Ao longo da trajetória estão as capelas, de planta quadrada, recorbertas por telhados de duas águas.

A proposta de tombamento de Monte Santo foi apresentada em agosto do ano passado pela Prefeitura Municipal de Salvador, com a finalidade de preservar a área e transformá-la em parque natural. A proposta foi baseada no trabalho realizado pela Coordenadoria do Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia que, além dos aspectos históricos da construção, demonstra a importância do Santuário durante a Guerra de Canudos e como "marco do movimento religioso do Nordeste"

A localidade serviu de cenário para o filme de Gláuber Rocha, "Deus e o Diabo na Terra do Sol", hospedou Euclides da Cunha, que recolheu subsídios para escrever "Os Sertões" e, mais recentemente, o escritor peruano Vargas Llosa, quando preparava o romance "A Guerra do Fim do Mundo". Ainda hoje, todos os anos, Monte Santo atrai milhares de religiosos durante a Semana Santa, em uma das mais concorridas romarias do Nordeste.

INAUGURADA A CASA DE CULTURA JOSUÉ MONTELLO (MA)

Com a presença de grandes figuras da literatura brasileira, foi inaugurada a 23 de janeiro passado a Casa de Cultura Josué Montello, em São Luís (MA). Localizada no centro histórico da cidade, no Largo da Fonte do Ribeirão, a Casa de Cultura se compõe da união dos sobrados 34 e 42, adquiridos pela Fundação Cultural do Maranhão e recentemente restaurados para abrigar a instituição (SPHAN n.º 21, pág. 12).

A Fundação Nacional próMemoria, através de convênio assinado com a Fundação Cultural do Maranhão, alocou os recursos financeiros necessários à recuperação dos imóveis. Tombados pelo Governo do Estado, abrigam, atualmente, livros, objetos e papéis do escritor maranhense.

Josué Montello cortou a fita simbólica da Casa de Cultura e, ao agradecer a homenagem, revelou sua emoção em doar todo o seu acervo pessoal para uma instituição que poderá servir ao povo maranhense, ''ora como estímulo, ora como instrumento de serviço. Essa obra constitui o acervo de leitura sobre o qual me debrucei para realizar minha obra, toda ela inspirada em minha terra natal''. Sua maior pretensão ao doar essa obra ao Maranhão, ressaltou ele, ''é colocar ao alcance do povo uma casa de altos estudos, onde seja cultivado o respeito pelo livro e onde seja preservada a responsabilidade pela palavra''



Arquivo FCMA



Arquivo FCMA

Os sobrados que abrigam a Casa de Cultura Josué Montello, em São Luís do Maranhão, foram totalmente restaurados através de convênio firmado entre a Fundação Nacional próMemória e a Fundação Cultural do Estado. Na foto acima, os imóveis antes das obras de restauração, e na foto abaixo, os prédios já recuperados.

4.ª DR ESTUDA IMAGINÁRIA ATRAVÉS DE "FICHÁRIO DE DESENHOS PADRÕES"

Uma técnica de datação e identificação de imagens sacras que conste no levantamento dos motivos bordados ou desenhados no panejamento que veste a imagem, desenvolvida pela 4.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, teve suas primeiras informações reunidas num ''Fichário de Desenhos Padrões'', a partir do qual pretende-se aprofundar o estudo de tais peças.

A idéia consiste em identificar a ''estampilha'' executada na oficina responsável pela pintura e encarnação da imagem, que por sua vez poderá remeter à própria oficina, através de uma análise de estilo, revelando a possível origem e época de sua confecção. A datação por este sistema nem sempre é exata, entretanto, pois algumas peças foram fabricadas posteriormente à época em que se enquadram suas características tipológicas, sendo mais usual a classificação através de testes químicos das massas e pigmentos.

O levantamento dos ''desenhos padrões'', que vem sendo executado desde 1976, é uma operação bastante delicada: primeiramente é fixado um papel vegetal fino por sobre o panejamento, de modo a adaptá-lo perfeitamente à superfície deste. Depois, utilizando-se um grafite mole para não danificar a pintura e o dourado da imagem, é transcrita a decoração do vestuário, buscando-se as zonas mais características. Finalmente, o desenho é copiado à tinta nanquim.

ASSINADO CONTRATO PARA RECUPERAR IGREJA EM MARECHAL DEODORO (AL)

A Fundação Nacional próMemória e o Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas-SERVEAL assinaram contrato com o objetivo de restaurar a Igreja da Ordem 3.ª de São Francisco, em Marechal Deodoro. O contrato conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC, do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico de Alagoas-CONPHAE/AL, da Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho e envolve recursos da ordem de Cr$ 5.000.000,00, alocados pela próMemória.

As obras de restauração da igreja estarão a cargo do SERVEAL, que, dentre outras obrigações, deverá documentar os serviços gráfica e fotograficamente para avaliações finais, e fornecer a documentação necessária à edição de publicação sobre o monumento restaurado.

O imóvel, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é de propriedade da Arquidiocese de Maceió e, restaurado, deverá ser mantido em perfeito estado de conservação pela Sociedade de Nossa Senhora do Bom Conselho, conforme termo de compromisso assinado pelo seu representante.

O projeto, que consta da relação de prioridades do Programa Estadual de Preservação de Bens Culturais do Estado de Alagoas, visa à recuperação física do imóvel, bem como garantir sua estrutura plástica e estética, procurando consolidar os elementos primitivos do prédio e, ao mesmo tempo, garantir as condições fundamentais para sua utilização.

Segundo documentação histórica da edificação, a Igreja da Ordem 3.ª de São Francisco foi instituída no ano de 1720 pelo provincial Frei Hilário da Visitação, mas somente a partir de 1763 é que foram lançados os alicerces do prédio. Desde o início de sua construção, na segunda metade do século XVIII, a igreja sofreu várias alterações, mas sua utilização esteve sempre ligada ao culto religioso.

ALCÂNTARA

A Fundação Nacional próMemória e a Secretaria da Cultura do Maranhão firmaram convênio, com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC, visando à execução do projeto "Estabilização de Ruínas e Imunização do Altar-mor do Carmo", em Alcântara.

O projeto envolve recursos da ordem de Cr$ 7.330.000,00, alocados pela próMemória, e será executado pela Secretaria da Cultura do Maranhão, que, dentre outras obrigações, deverá documentar a obra gráfica e fotograficamente, para avaliações finais, fornecer a documentação necessária à edição de publicação sobre o monumento restaurado e manter em local visível ao público um registro sobre a importância histórica do mesmo.



Marco Antônio Galvão/FNPM

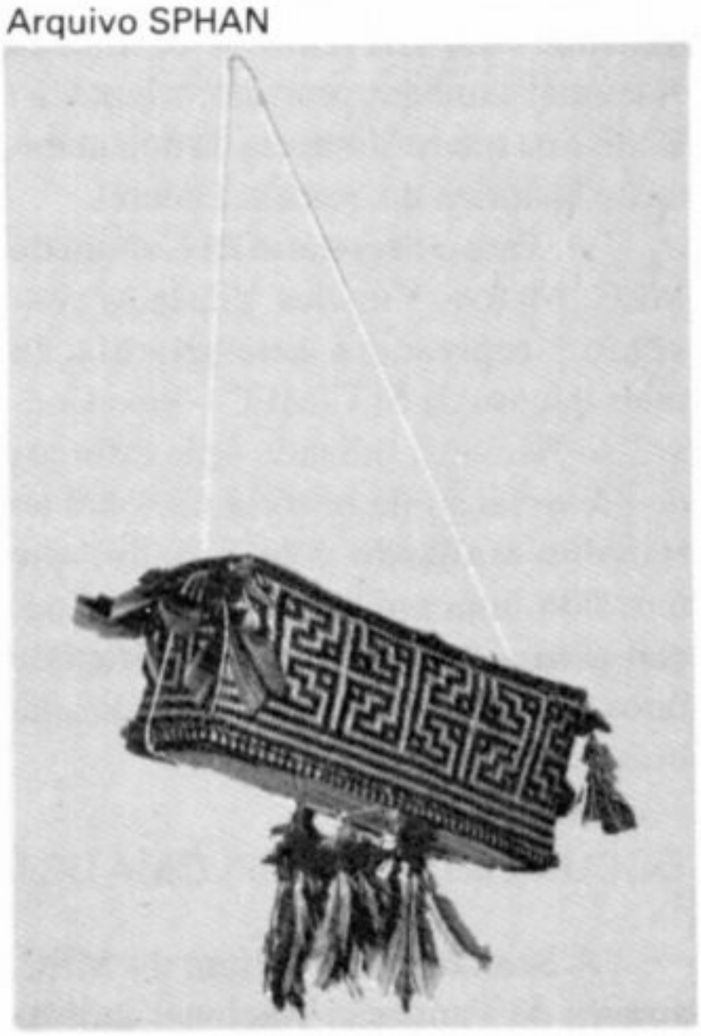
A Igreja da Ordem 3.ª de São Francisco é monumento tombado pelo Patrimônio.

ARTE PLUMÁRIA DO BRASIL É MOSTRADA EM BOGOTÁ

Foi aberta no dia 11 de fevereiro passado, no Museu Nacional de Bogotá, a exposição "Arte Plumária do Brasil", atendendo a convite do Instituto Colombiano de Cultura e do Instituto Colombiano de Antropologia. A mostra é patrocinada pela Fundação Nacional próMemória e pela Embaixada do Brasil na Colômbia.

Originalmente montada no Museu de Arte Moderna de São Paulo, a mostra passou a ter, em 1981, a coordenação da Fundação Nacional próMemória, sendo levada ao Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, quando da realização do Encontro de Ministros Participantes do Tratado de Cooperação Amazônica. No mesmo ano, esteve também no Palácio do Itamaraty, em Brasília (SPHAN n.º 8, pág. 21). Em maio de 1982, a exposição foi levada a Washington, como parte dos eventos culturais da visita do Presidente João Figueiredo aos Estados Unidos (SPHAN n.º 18, pág. 16).

Arquivo SPHAN



Composta de 350 artefatos plumários de 37 grupos tribais, alguns dos quais já extintos, a exposição reúne peças das coleções de quatro museus — Museu Paulista e Museu Plínio Ayrosa, ambos da USP, Museu Paraense Emílio Goeldi, do CNPq, e Museu Nacional da UFRJ — e de 18 colecionadores particulares.

SOLAR BERQUÓ, EM SALVADOR, ESTÁ SENDO RECUPERADO

A SPHAN/próMemória, através da 5.ª Diretoria Regional, dá andamento às obras de restauração do Solar Berquó, imóvel adquirido pela Fundação Nacional próMemória à Companhia de Renovação Urbana da Prefeitura Municipal de Salvador (SPHAN n.º 18, pág. 19). A recuperação do edifício visa à adaptação de suas dependências para abrigar as instalações da 5.ª DR da SPHAN/próMemória.

Os trabalhos executados no momento correspondem à primeira etapa de obras, que deverá estar concluída no início do mês de março. Em seguida, serão realizados os serviços relativos à segunda fase, cujo plano de obras, já foi executado pela 5.ª Diretoria Regional.

As obras em execução, que incluem as de estabilização do monumento, são as seguintes: demolição do revestimento deteriorado das fachadas lateral direita e posterior; estabilização de todas as lesões existentes nas alvenarias de pedra das fachadas com o uso de concreto armado; aplicação de embrechamento geral das alvenarias de pedra, com o preenchimento de todos os vazios existentes;. prospecção no porão da casa, com a retirada dos revestimentos das paredes, demolição de forros de madeira e divisórias, elementos estes que são evidentes acréscimos imputados ao imóvel; limpeza total da área externa da casa, compreendendo amplo terreno até a "Baixa dos Sapateiros" (retirada de entulhos, mato excessivo e detritos diversos acumulados) e prospecções nas fundações dos pilares lesionados na área do porão e posterior consolidação com a técnica indicada.

Os trabalhos desenvolvidos na retirada do revestimento das fachadas permitiram à 5.ª DR várias elucidações sobre modificações efetuadas nas fachadas, sendo as mais significativas as seguintes: na fachada posterior (área do salão), duas antigas portas que possuíam gradis de ferro foram entaipadas com alvenaria de tijolos; nas fachadas posterior e lateral direita foram descobertas belíssimas arcadas ao nível do porão da casa.

O Solar Berquó fica situado na Rua Visconde de Itaparica n.º 08, na capital baiana, e representa o tipo de arquitetura residencial nobre do século XVII, conservando ainda hoje suas características arquitetônicas.



Arquivo SPHAN

Vista da fachada posterior do Solar Berquó, que, após as obras de restauração, vai abrigar as instalações da 5.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória. Os trabalhos de recuperação do imóvel encontram-se em fase inicial.

CONVÊNIO GARANTE A PRESERVAÇÃO DE PAPÉIS HISTÓRICOS

Convênio assinado entre a Secretaria da Cultura do MEC, através da Fundação Nacional próMemória, e o Senado Federal vai garantir, a partir de agora, o intercâmbio de microfilmes de documentação histórica. O trabalho ficará sob a responsabilidade dos dois órgãos, que atuarão dentro de padrões técnicos de microfilmagem internacionalmente adotados.

De acordo com o convênio, o Senado Federal doará à Biblioteca Nacional, órgãos da Fundação próMemória, coleções de jornais antigos, fornecendo-lhe cópias de microfilmes, e imprimirá edições de atualização do Catálogo Coletivo de Periódicos Brasileiros. Por sua vez, a Biblioteca Nacional fornecerá à biblioteca do Senado Federal, além de cópias de microfilmes dos periódicos doados, outras cópias de documentos históricos que interessam ao Senado. Pelo convênio, a Biblioteca Nacional também prestará orientação técnica na microfilmagem da documentação histórica do Senado Federal.

Para o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, o convênio "representa uma articulação mais intensa da SEC/MEC com o Congresso Nacional, aliando seus esforços de preservação da história nacional ao trabalho realizado pelo Senado, que tem tido uma preocupação toda especial com a documentação histórica de fatos e personagens importantes da vida brasileira"

DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

A Secretaria da Cultura do MEC, através da Fundação Nacional próMemória, assinou convênio com a Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores e com a Fundação Casa Rui Barbosa, para a implantação do Centro de Documentação Diplomática do Itamaraty, que deverá ser composto de biblioteca e arquivo histórico e um setor de iconografia, em projeto a ser definido.

Ao firmar o convênio, a Fundação Nacional próMemória comprometeu-se a, sempre que possível, ceder técnicos de nível superior pertencentes ao seu quadro de pessoal, para atuarem nas áreas de pesquisa e documentação histórico-diplomática e de preservação e restauração de documentos. Comprometeu-se ainda a apoiar a preservação dos acervos seriais do Itamaraty, através do Plano Nacional de Microfilmagem de Hemerografia Brasileira, em execução pela Biblioteca Nacional. (SPHAN n.º 16, págs. 10 e 11).

SPHAN 22
*pró*Memória

COMUNIDADE DE CABO FRIO GANHA MUSEU DE ARTE RELIGIOSA

Foi aberto à visitação pública no dia 15 de dezembro de 1982 o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio (RJ), funcionando no antigo Convento de Santa Maria dos Anjos, que assim é devolvido à comunidade após ter sido restaurado pela 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória.

O Convento, tombado pela SPHAN em 1957, possui grande valor histórico e arquitetônico. Trata-se do primeiro colégio da cidade, moradia e casa de noviciado de franciscanos de 1680 a 1872, que pelo diminuir de suas atividades, com o conseqüente abandono de suas dependências, desagregou-se rapidamente, estando em ruínas já no princípio do século. Sua recuperação foi efetuada entre 1967 e 1978.

Como museu, possui um pequeno mas significativo acervo composto basicamente de peças sacras, que foram visitadas por mais de 2 mil pessoas nos primeiros 45 dias de seu funcionamento.



Arquivo SPHAN

Convento de Santa Maria dos Anjos, sede do Museu de Arte Religiosa de Cabo Frio.

IMAGEM É DEVOLVIDA

Ainda no setor da imaginária sacra, vale registrar a devolução da imagem de Nossa Senhora do Rosário, obra do século XVII modelada em terracota, com 1,03m de altura e 70 kg de peso, que desapareceu em abril de 1978 da sacristia da igreja de mesmo nome, em Mambucaba, Município de Angra dos Reis.



Arquivo SPHAN

A recuperação da imagem foi espontânea; em janeiro deste ano, D. Vital, Bispo de Itaguaí, recebeu a imagem na forma de uma ''encomenda'' anônima, em sua residência, onde a mesma se encontra atualmente. A peça sofreu alguns danos leves, principalmente a figura do Menino, que teve a sua cabeça decepada na altura da base do pescoço. Não há pista sobre os autores do furto.

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT TEM ACERVO SOBRE A REPÚBLICA

A casa onde morou e morreu Benjamin Constant, uma velha construção carioca de 1860, neoclássica, tombada em 1958 pelo SPHAN, é desde 18 de outubro do ano passado o Museu Casa de Benjamin Constant.

Seu acervo é composto de peças características da segunda metade do século XIX, da coleção particular de Benjamin Constant, além de documentos importantes da fase de transição política para a República, da qual foi grande incentivador e primeiro a ocupar a pasta de Ministro da Guerra do novo regime. Dentre os documentos mais importantes, destacam-se o plano de estratégia para a tomada do Governo; ''Os Pactos de Sangue''; os manuscritos do ''Últimos Cantos'', de Gonçalves Dias: algumas cartas de Cláudio Luiz da Costa, e um livro manuscrito sobre a conquista das Guianas.

O museu, situado na Rua Monte Alegre, 255, em Santa Teresa (RJ), é dirigido pela museóloga da SPHAN Hercília Vianna, que agora pretende abrir os jardins da casa à comunidade, através de atividades educativas e recreativas, visando transformá-lo, mais tarde, em autêntico centro cultural.

COMUNIDADE DE ARARAS (SP) SE UNE PARA RESTAURAR ANTIGO FÓRUM DA CIDADE

A cidade de Araras, situada a 170 quilômetros da capital paulista, recebeu de volta, no dia 28 de janeiro passado, totalmente restaurado, o prédio do antigo Fórum, tombado, em 1979, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo-CONDEPHAAT. O edifício abriga agora a Casa da Cultura, que pretende se converter num pólo cultural de Araras e da região, abrigando todas as formas de arte. Para tanto, estão sendo instalados estúdios de artes, salas de exposições, pavilhões para a realização de feiras, teatro de arena e um centro de preservação da memória histórica da cidade.

As obras de restauração do imóvel foram executadas pela Prefeitura Municipal de Araras, sob a supervisão da SPHAN/pró-Memória e do CONDEPHAAT. Contaram também com a colaboração da comunidade e de indústrias instaladas na região na aquisição da madeira "pinha de riga" que precisava ser resposta em determinadas partes do edifício.

O prédio foi construído em 1896, a partir de um projeto do arquiteto francês Victor Dubugras, e serviu, inicialmente, como cadeia. Localizado na Praça Barão de Araras, a principal da cidade, o Fórum é um marco da arquitetura da época.

A restauração do prédio do antigo Fórum era uma velha aspiração da população de Araras. Desativado há alguns anos, vinha se deteriorando, motivo pelo qual foi solicitado o seu tombamento ao CONDEPHAAT. Desde então, a Prefeitura e a comunidade da cidade se uniram à comissão de restauração, para realizar um trabalho de recuperação do imóvel.

Para a presidente da comissão de restauração, Duse Ometto, um dos fatores mais importantes do projeto foi a participação da comunidade.

"A população de Araras — disse — sentiu que também era responsável pela sobrevivência de um patrimônio da cidade. Um patrimônio que incentivará em muito o setor cultural da cidade"

prόMEMÓRIA ASSINA CONVÊNIO PARA RESTAURAR IGREJA CATARINENSE

A Fundação Nacional prόMemória e a Fundação Catarinense de Cultura firmaram convênio visando à restauração da Igreja Nossa Senhora das Necessidades, localizada em Santo Antônio de Lisboa, Distrito de Florianópolis. O convênio, que conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC e da Prefeitura Municipal de Florianópolis, envolve recursos da ordem de Cr$ 6 milhões, correspondentes à primeira etapa de recuperação do monumento, tombado pela Prefeitura em 17 de dezembro de 1975, através do Decreto n.º 1341. A prόMemória participará com a importância de Cr$ 5 milhões, equivalente a aproximadamente 83,4% do valor do projeto nesta etapa.

As obras de restauração da igreja ficarão a cargo da Fundação Catarinense de Cultura que, dentre outras obrigações, deverá documentar a obra gráfica e fotograficamente para avaliações finais, fornecer a documentação necessária à edição de publicação sobre o monumento restaurado e manter em local acessível ao público um registro didático sobre a importância histórica do mesmo.

De acordo com termo de compromisso assinado por seu representante, a Fundação Catarinense de Cultura se compromete ainda a zelar e manter em perfeito estado de conservação o imóvel, não podendo executar qualquer alteração no prédio ou modificar seu uso (culto religioso) sem prévia e expressa autorização da SPHAN/SEC/prόMemória.



Arquivo MHN

Em sessão solene realizada a 7 de dezembro de 1982 no Museu Histórico Nacional, patrocinada pela Secretaria da Cultura do MEC, comemorou-se o 80.º aniversário do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e Vice-Decano da Academia Brasileira de Letras, Prof. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. Na foto vemos (da esquerda para a direita): Mons. Alípio, representando o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales; Dr. Gilberto Freyre; Prof. Pedro Calmon; e o Dr. Marcos Vilaça, Secretário da Cultura.

URSS ENVIA MICROFILMES SOBRE A EXPEDIÇÃO LANGSDORFF

Uma série de 21 diapositivos reproduzindo documentos sobre a expedição científica de G.I. Langsdorff ao Brasil (1821-1829), foi entregue ao Governo brasileiro em janeiro passado, em cerimônia realizada no Presidium da Academia de Ciências da URSS. Os microfilmes haviam sido solicitados pela Universidade Federal de Mato Grosso, através da Fundação Nacional próMemória, e serão utilizados nos estudos e pesquisas realizados pelo arquiteto Carlos Francisco Moura, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT.

Em junho de 82, Carlos Moura terminava a biografia do primeiro Governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, cujo segundo centenário de morte comemorava-se esse ano. O pesquisador procurava, então, um retrato a óleo de Rolim de Moura; porém, esse e outros retratos de governadores de Mato Grosso, datados do século XVIII, ''perderam-se irremediavelmente, sem deixar vestígios'', segundo o estudioso. No início do século XIX, os desenhistas-pintores da Expedição Langsdorff — Hercules Florence e Amadei Adrian Taunay — estiveram em Mato Grosso e copiaram esses retratos dos originais setecentistas, que também estiveram perdidos por mais de um século, mas foram localizados depois de pesquisas de historiadores soviéticos (SPHAN n.° 11, pág. 22).

André Dusek/Agil



D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, primeiro Governador de Mato Grosso, em desenho de Amadei Afrian Taunay, desenhista-pintor que, no início do século XIX, esteve em Mato Grosso acompanhando a Expedição Langsdorff.

EXPEDIÇÃO

A expedição dirigida pelo barão Grigory Ivanovitch (George Heinrich von) Langsdorff realizou-se pelo interior do Brasil, de Santos a Belém do Pará, recolhendo farta documentação escrita, iconográfica e cartográfica, de grande interesse para as ciências naturais como zoologia, botânica, mineralogia, geografia, metereologia, e outras, como também para as ciências sociais, como sociologia, etnologia, lingüstica, economia, etc.

Langsdorff era membro da Academia de Ciências da Rússia Imperial e cônsul-geral desse país no Rio de Janeiro, onde chegou, em 1813, para assumir suas funções diplomáticas. De naturalidade alemã, nasceu em 1774 e morreu em 1852; formado em medicina, possuía conhecimentos em muitos outros campos. Antes de vir ao Brasil, empreendeu viagens e expedições por várias partes do mundo. O naturalista Auguste de Saint-Hilaire, seu amigo, considerou-o ''a pessoa mais ativa e incansável'' que conheceu e o navegante russo, F.P. Litke, descreveu-o como ''baixinho, sequinho'' e todo energia.

A grande expedição científica russa que G.I. Langsdorff organizou para estudar a natureza, as populações e a economia do Brasil, em todos os seus aspectos, contou com a participação dos pintores Rugendas, além de Florence e Taunay, assim como de vários cientistas, como o botânico Riedel, o astrônomo Rubtsov, os naturalistas Ménétriès e Freyreiss e o médico Christian Hasse. O riquíssimo acervo recolhido por Langsdorff e seus companheiros esteve, em sua maior parte, perdido por mais de cem anos e, portanto, fora dos meios científicos e acadêmicos.

Em 1930, o arquivo da expedição foi reencontrado no porão do Museu do Jardim Botânico de Leningrado, a partir do que estudiosos soviéticos começaram o trabalho de análise, produzindo vários artigos. Em 1946, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, informava a Dom Clemente Maria da Silva Nigra, Diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia, a existência em algum museu soviético de valioso material sobre o Brasil. Dom Clemente esteve em Moscou em 1963 e confirmou a informação, verificando que ''o material estava nos arquivos da Academia de Ciências, em Leningrado, e era muito mais importante do que se julgava''.

A Academia de Ciências da União Soviética, Seção de Leningrado, publicou em 1973, através da Editora Ciências, o catálogo abrangendo toda a documentação até hoje conhecida e conservada em arquivos daquela e de outras cidades do país, referentes à Expedição Langsdorff. Em 1978/79, o Centro Nacional de Referência Cultural, hoje absorvido pela Fundação Nacional pró-Memória, realizou a tradução integral desse catálogo.

MICROFILMES

Publicada em 1981 pela SPHAN/próMemória, a tradução do catálogo — A Expedição Científica de G.I. Langsdorff ao Brasil 1821-1829 — permitiu ao pesquisador Carlos Moura a localização do material escrito e iconográfico que buscava para seus estudos. Através dos contatos mantidos para a obtenção dos microfilmes, a Academia de Ciências da União Soviética deu resposta extremamente positiva quanto à possibilidade de acesso de técnicos da próMemória à totalidade do material lá existente sobre a expedição de Langsdorff. Os contatos com a Academia de Ciências da URSS foram feitos pela Embaixada brasileira em Moscou, graças à atuação da Divisão de Europa II do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

cartas

BOLETIM

"Advogado no Rio de Janeiro há longos anos, e dedicado atualmente aos estudos da nossa história, tornei-me leitor constante da revista do Patrimônio Histórico, desde o seu início, quando a mesma era orientada pelos seus fundadores, inclusive o meu amigo Rodrigo de Mello Franco. Possuo, assim, com grata satisfação, a coleção completa da Revista, hoje intitulada SPHAN.

Acontece que por falta de sorte jamais me chegou o fascículo n.º 13, quando já estamos recebendo o de n.º 21. Inconformado com esse lapso, dirigi-me por 2 vezes a Vv. Ss., solicitando-lhes a remessa daquele folheto 13 do então SPHAN. Infelizmente nunca cheguei a ser atendido, embora, em último caso, me bastasse uma cópia xerox do malsinado folheto.

Sem desanimar, volto, embora com sacrifício, a reformular a minha solicitação, agradecendo-lhes, antecipadamente, a atenção" - H. Penido Monteiro - Rio de Janeiro (RJ).

NR - Recebemos com satisfação sua carta e informamos que, por motivo de problemas no sistema de expedição, V.Sa. não tem recebido os boletins regularmente. Estamos enviando os números atrasados, inclusive o n.º 13, assegurando que, de agora em diante, lapsos como esse não mais acontecerão. Apresentamos nossas desculpas e colocamo-nos à disposição para outras informações.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

"... La División de Museos del Instituto Colombiano de Cultura bajo mi dirección, está desarrollando programas museológicos en todo el país, en diverdsas áreas de interés patrimonial. Como es nuestro proposito principal conocer las experiencias que en este campo se están llevando a cabo em los países Latinoamericanos, solicitamos la suscripción a la revista SPHAN, y de ser posible el contacto con los especialistas em los distintos temas sobre Museologia y Patrimonio Cultural.

Nos sentiremos muy agradecidos por el envio de las publicaciones especializadas, rogándoles nos indiquem el precio de la suscripción. Creo que podremos iniciar um intercambio de experienciais y de conocimientos, lo que si duda redundará en beneficio de nuestra actividad patrimonial". — Gloria Oviedo de Rueda — Jefe División de Museos — Instituto Colombiano de Cultura.

NR — Um intercâmbio seria muito positivo e interessante; para tal, sua Divisão poderia entrar em contato com os seguintes especialistas: na área de Museologia, o Prof. Rui Mourão, Coordenador do Programa Nacional de Museus — Museu da Inconfidência — Praça Tiradentes 139 — Ouro Preto — Minas Gerais — 35400; na área de Patrimônio Histórico, com o Prof. Augusto Carlos da Silva Telles, Diretor de Tombamento e Conservação — Fundação Nacional próMemoria — Rua da Imprensa, 16 — 8.º andar — Rio de Janeiro — 20030. Publicações especializadas poderão ser obtidas junto ao Setor de Editoração da FUNARTE — Rua Araújo Porto Alegre, 80 — Rio de Janeiro — 20030. O SPHAN/próMemória está a disposição para maiores esclarecimentos sobre qualquer outra área de seu interesse. Uma última observação: a subscrição ao nosso boletim é totalmente gratuíta, bastando para recebê-lo periodicamente um pedido neste sentido endereçado a nós. O Instituto Colombiano de Cultura portanto, já estará recebendo a partir deste número.

Cartas para:
Fundação Nacional próMemória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K — CEP: 70.710 — Brasília (DF). Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.